

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE ARTES E COMUNICAÇÃO SOCIAL
PRODUÇÃO CULTURAL

NADJA NAYRA DA CRUZ FERREIRA RIBEIRO

**UM ESTUDO SOBRE O USO DO TEMPO LIVRE E AS PRÁTICAS CULTURAIS
DOS MORADORES DO CONDOMÍNIO VIVENDAS DAS ANDORINHAS, NO
BAIRRO DE COSMOS, RIO DE JANEIRO**

Niterói
2017

NADJA NAYRA DA CRUZ FERREIRA RIBEIRO

**UM ESTUDO SOBRE O USO DO TEMPO LIVRE E AS PRÁTICAS CULTURAIS
DOS MORADORES DO CONDOMÍNIO VIVENDAS DAS ANDORINHAS, NO
BAIRRO DE COSMOS, RIO DE JANEIRO**

Trabalho de conclusão de curso
apresentado ao curso de Bacharelado em
Produção Cultural, como requisito parcial
para conclusão do curso.

Orientador:
Prof. Dr. João Luiz Pereira Domingues

Niterói
2017

NADJA NAYRA DA CRUZ FERREIRA RIBEIRO

**UM ESTUDO SOBRE O USO DO TEMPO LIVRE E AS PRÁTICAS CULTURAIS
DOS MORADORES DO CONDOMÍNIO VIVENDAS DAS ANDORINHAS, NO
BAIRRO DE COSMOS, RIO DE JANEIRO**

Trabalho de conclusão de curso
apresentado ao curso de Bacharelado em
Produção Cultural, como requisito parcial
para conclusão do curso.

7
Aprovada em _____ de Julho de 2017.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. João Luiz Pereira Domingues (Orientador) - UFF

Prof. Me. Kyoma Silva Oliveira - UFF

Profª Drª Ana Lucia Silva Enne - UFF

Niterói
2017

AGRADECIMENTOS

Agradeço...

A minha mãe Jane (in memoriam), que não me deixou desistir do curso de Produção Cultural e que se estivesse aqui ficaria contente com esta conquista.

Ao Tiago, meu grande e amado companheiro, por sempre me incentivar e se fazer presente durante toda esta jornada.

Ao meu pai Naide e a minha irmã Nayla, pelos exemplos de vida e dedicação, que me deram forças para terminar este trabalho.

A minha sobrinha Nina Morena, pelo amor incondicional.

Ao Professor João Domingues, meu orientador, por todo apoio, pelas leituras criteriosas e os comentários construtivos que foram fundamentais para que este trabalho ocorresse.

Aos professores que aceitaram fazer parte desta banca, Ana Enne e Kyoma de Oliveira, pela gentileza de contribuírem com o seu tempo e com o seu saber.

A minha madrinha Iris por compreender o meu trabalho e me apresentar a Rosemeire.

A Rosemeire pela disponibilidade de me apresentar os moradores e me guiar nas visitas ao condomínio.

Aos moradores entrevistados no Condomínio Vivendas das Andorinhas, que concederam um pouco do seu tempo para responder ao questionário e também pelas conversas.

A todos os outros que me incentivaram por meio de palavras e ações, para que este trabalho se realizasse.

Obrigada!

RESUMO:

O presente trabalho ocorreu a partir do entendimento de que através das pesquisas de consumo cultural é possível compreender aspectos da sociedade e, desta forma, criar uma política cultural alinhada com as necessidades do público. Assim, observou-se que durante a elaboração desta monografia encontraram-se poucos estudos desta temática, porém nenhum que estabelecesse uma ligação com o Programa Minha Casa Minha Vida. Neste contexto, procurou-se compreender os hábitos e práticas de consumo cultural dos moradores do Condomínio Vivendas das Andorinhas, localizado no bairro de Cosmos, inserido dentro da Região Administrativa de Campo Grande, no município do Rio de Janeiro. O problema da pesquisa fundamentou-se no questionamento de que este empreendimento está localizado em uma área sem infraestrutura e que nos últimos anos está recebendo um grande quantitativo populacional, tendo em vista a crescente especulação imobiliária na Zona Oeste da cidade. Desta forma, foram entrevistados 14 moradores durante o mês de Fevereiro de 2017.

Palavras-chaves: Território. Consumo Cultural. Política Pública de Cultura. Rio de Janeiro. Campo Grande. Programa Minha Casa Minha Vida.

ABSTRACT:

The present work was based on the understanding that through research on cultural consumption it is possible to understand aspects of society and, in this way, to create a cultural policy aligned with the needs of the public. Thus, it was observed that during the elaboration of this monograph there were few studies of this subject, but none that established a connection with the My Home My Life Program. In this context, we sought to understand the habits and practices of cultural consumption of the residents of Condomínio Vivendas das Andorinhas, located in the neighborhood of Cosmos, inserted within the Administrative Region of Campo Grande, in the city of Rio de Janeiro. The research problem was based on the questioning that this venture is located in an area without infrastructure and that in recent years is receiving a large amount of population, in view of increasing real estate speculation in the West Zone of the city. In this way, 14 residents were interviewed during the month of February 2017.

Keywords: Territory. Cultural Consumption. Public Policy of Culture. Rio de Janeiro. Campo Grande. Program Minha Casa Minha Vida.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 –	Mapa da cidade do Rio de Janeiro com destaque para a Zona Oeste.....	31
Figura 2 –	Mapa dos bairros da AP5.....	31
Figura 3 –	Muro com o símbolo de um grupo paramilitar em uma unidade do Minha Casa Minha Vida no bairro de Cosmos.....	35
Figura 4 -	Escultura em referência a produção de laranja, localizada no centro comercial de Campo Grande.....	36
Figura 5 -	Moradores protestando em frente à Estação de BRT abandonada no centro de Campo Grande.....	39
Figura 6 -	Distribuição dos empreendimentos do Minha Casa Minha Vida por Faixa de Renda nas Áreas de Planejamento do município do Rio de Janeiro.....	46
Figuras 7 e 8-	Um dos corredores do Vivendas das Andorinhas.....	55
Figura 9 -	Fachada do Condomínio Vivenda das Andorinhas.....	56
Figura 10 -	Vista aérea do entorno do conjunto analisado.....	57
Figuras 11, 12 e 13 -	Comércio em uma das moradias do Condomínio Vivendas das Andorinhas	57
Figuras 14 e 15 -	Quadra poliesportiva ao lado do Condomínio Vivenda das Andorinhas.....	59
Gráfico 1 –	Estado Civil dos Participantes.....	52
Gráfico 2 –	Habitantes por residência.....	52
Gráfico 3 –	Práticas Domésticas.....	59
Gráfico 4 -	Consumo de conteúdo televisivo.....	60
Gráfico 5 -	Finalidades destinadas para internet.....	61
Gráfico 6 -	Frequência em equipamentos culturais.....	62
Gráfico 7 -	Motivos da não frequência.....	63
Quadro 1 -	Nome dos Participantes.....	51
Quadro 2 -	Perfil Etário dos Participantes.....	51
Quadro 3-	Uso do Tempo Livre.....	53

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AP	Áreas de Planejamento
BRT	Bus Rapid Transit
COMLURB	Companhia Municipal de Limpeza Urbana
COPLAN	Comissão do Plano da Cidade
IPP	Instituto Pereira Passos
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PCMV	Programa Minha Casa Minha Vida
RA	Regiões Administrativas
SFH	Sistema Financeiro de Habitação
UEZO	Universidade Estadual da Zona Oeste

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
CAPÍTULO 1: TRABALHANDO OS CONCEITOS DE CONSUMO CULTURAL, TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE.....	12
1.1 O CONSUMO CULTURAL.....	12
1.2 O TERRITÓRIO E A TERRITORIALIDADE.....	20
CAPÍTULO 2: AS TRANSFORMAÇÕES NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO.....	24
2.1 O DESENVOLVIMENTO URBANO NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO.....	24
2.2 A ZONA OESTE.....	30
2.3 A REGIÃO ADMINISTRATIVA DE CAMPO GRANDE.....	35
CAPÍTULO 3: O USO DO TEMPO LIVRE E AS PRÁTICAS CULTURAIS DOS MORADORES DO CONDOMÍNIO VIVENDAS DAS ANDORINHAS...	43
3.1 DAS REMOÇÕES PARA O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA.....	43
3.2 METODOLOGIA E ANÁLISE DE CAMPO.....	49
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	65
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	67
ANEXO – ROTEIRO SEMIESTRUTURADO.....	72

INTRODUÇÃO

Recentemente a cidade do Rio de Janeiro passou por diversas transformações urbanísticas, visando a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016. Em decorrência destas obras, a Zona Oeste da cidade vem recebendo um grande fluxo migratório, agravado ainda mais pelas remoções em consequência da especulação imobiliária. É a partir desta discussão que se configura o principal objeto desta pesquisa. Desenvolvida dentro do curso de Graduação em Produção Cultural na Universidade Federal Fluminense, esta dissertação busca compreender os hábitos e práticas de consumo cultural entre os moradores do Condomínio Vivendas das Andorinhas, localizado no bairro de Cosmos, a fim de levantar problemas existentes e propor soluções.

Portanto, a hipótese central desta pesquisa é que o Programa Minha Casa Minha Vida está criando empreendimentos em grandes escalas, principalmente na periferia carioca, segregando os seus novos moradores em relação à cidade. Locais sem infraestrutura, que passaram a ter um expressivo quantitativo populacional, reforçando ainda mais a diferença de classe. Sendo assim, o estudo foi motivado pela preocupação com este segmento da população, especialmente, com a parcela altamente vulnerável socialmente e pelas contribuições que as políticas públicas podem propiciar em um universo com opções restritas. Assim, será uma importante ferramenta no processo de compreensão do cotidiano e do comportamento desse grupo.

O interesse em estudar o tema surgiu principalmente pela ligação da autora com o território escolhido. Ao pesquisar sobre o assunto, encontraram-se alguns trabalhos sobre a Região Administrativa de Campo Grande e do Programa Minha Casa Minha Vida. Entretanto nenhum que estabelecesse uma ligação destas temáticas com o consumo cultural. Desta forma, além de ser um tema recente e inovador, as pesquisas de uso do tempo livre e consumo cultural, embora limitadas, são relevantes, para a elaboração de políticas culturais e habitacionais que estejam alinhadas com as necessidades da comunidade, as quais estão sendo direcionadas. A partir disto, este trabalho tenta mostrar como se está diante de uma dinâmica atual e específica, apontando para as peculiaridades deste processo, através das indagações surgidas ao longo da pesquisa.

Outro aspecto que fez deste trabalho relevante, foi à possibilidade de trazer para a esfera acadêmica um tema que abordasse uma parcela da sociedade pouco estudada. Compreendendo que a Universidade é um espaço para privilegiados e também o lugar onde se

produz, difunde e preserva o saber do campo intelectual, mas ainda abrange muito pouco as vivências e experiências comunitárias. Nesse contexto, esta monografia se faz importante por tentar construir formas de escutas para àquela parcela da população que se vê removida de seus laços sociais e espaciais prévios e também por propiciar esta troca de ideias entre diferentes saberes.

Em seus aspectos estruturais esta monografia organiza-se em três partes, sendo os dois iniciais desenvolvidos a partir da revisão da literatura, a fim de contextualizar o tema abordado e a última contendo a pesquisa de campo. O primeiro capítulo aborda as noções dos principais conceitos que o norteia, como: Consumo Cultural, Território e Territorialidade. Na sequência buscou-se explicar ao leitor sobre o desenvolvimento urbano da cidade do Rio de Janeiro, bem como o surgimento da Zona Oeste até a criação da Região Administrativa de Campo Grande, área onde está situado o objeto deste trabalho. E finalmente, o terceiro capítulo terá a descrição do objeto de estudo e da metodologia aplicada na pesquisa, além de ponderações e dificuldades detectadas.

Capítulo 1: TRABALHANDO OS CONCEITOS DE CONSUMO CULTURAL, TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE

A monografia está seguindo uma ordem, possibilitando que as ideias sejam interligadas no decorrer do trabalho. Neste capítulo procurarei discutir alguns conceitos que parecem importantes para compreender objeto de estudo. Por isso, está separado em dois subcapítulos.

Inicialmente será abordado o consumo cultural, através contribuições de Bourdieu, Canclini e Botelho. Em seguida, trataremos de algumas concepções sobre Território e Territorialidade, mesmo que de forma introdutória, considerando principalmente os conceitos trabalhados por Raffestin, Haesbaert e Santos. Assim, este referencial teórico será o embasamento desta pesquisa e criará insights para a ida ao campo.

1.1 CONSUMO CULTURAL

Em termos antropológicos, a cultura está presente na vida do homem em sociedade, e através das interações sociais que são produzidas as suas maneiras de pensar e sentir, que se criam seus valores, que conduzem a sua identidade e diferença. Neste ponto de vista, “a cultura é tudo o que o ser humano elabora e produz, simbolicamente e materialmente falando” (BOTELHO,2001, p.74). Sendo assim, para conviver na sociedade o indivíduo deve incorporar as normas, valores e crenças do ambiente social em que habita, através da socialização. Este processo se inicia na vivência com a família, avança na escola e percorre por todas as fases da vida, o que Pierre Bourdieu identifica como habitus (HAZIN et al, 2013, p.25).

Compreende-se que a família e a escola são dois subespaços sociais que podem ser classificados como produtores, reprodutores e difusores de disposições de cultura (BOURDIEU, 1979). A família seria uma primeira instância socializadora, responsável pela transmissão de um patrimônio econômico e cultural. É nela que a primeira identidade social do indivíduo é forjada (habitus primário). De origem privilegiada ou não, a família transmite para seus descendentes um nome, uma cultura, um estilo de vida moral, ético e religioso. Não obstante, mais do que os volumes de cada um desses recursos, cada família é responsável também por uma maneira singular de vivenciar esse patrimônio. Por sua vez, a matriz de cultura escolar, segundo Bourdieu, propiciaria aos que se encontram direta ou indiretamente submetidos à sua influência, não somente esquemas de pensamentos singulares (habitus escolar), mas uma disposição geral geradora de esquemas particulares,

capazes de serem aplicados em campos diferentes do pensamento e da ação (SETTON, 2010, p. 24).

Portanto, a família e a escola são espaços criadores de valores morais e identitários, além de serem responsáveis por um conjunto de experiências e prática da cultura. Posto isto, o habitus é um conjunto de ações construídas constantemente, livre e suscetível a diferentes vivências.

Em condição de modernidade é possível pensar, pois, o habitus do indivíduo formulado e construído a partir de referências diferenciadas entre si. No que se refere ao universo das práticas culturais contemporâneas, constantemente regidas por uma temporalidade reduzida, portanto, em constante transformação, as disposições relativas às suas tendências devem ser pensadas com base nesse entendimento. Isto é, um habitus produto de um processo simultâneo e sucessivo de uma pluralidade de estímulos e referências não homogêneas, não necessariamente coerentes. A opção por este ou aquele gênero musical ou cinematográfico expressaria de maneira exemplar a condição de construção de um habitus afinado à configuração de uma particular maneira de se socializar. As disposições de habitus relativas ao universo da cultura poderiam ser consideradas fundadas em categorias de percepção, apropriação e ação híbridas que tenderiam a ser acionadas conforme os contextos de produção e realização (SETTON, 2010, p. 25).

Pierre Bourdieu compreende que o gosto não é uma propriedade inata do indivíduo, e sim, socialmente criado para que exista distinção entre as classes, ou seja, as formas em que estes indivíduos se relacionam com as práticas de cultura são influenciadas pelas trajetórias sociais e pelas experiências vivenciadas por cada um deles (SILVA, 2013, p.5). Para ele, a estrutura de poder em uma sociedade baseia-se numa representação do espaço social das hierarquias de poder, que é composto por sistemas de dominação simbólica. Existindo dois grupos diferentes na sociedade: um determina o que deve ser consumido como cultura criando um gosto legítimo, e o outro permite ser dominado por esta elite, que impõe o gosto legítimo (MULLER; FONSECA, 2014, p. 2). Por isso, o espaço social é a representação das hierarquias e de suas respectivas diferenças sociais.

A estrutura social é vista, pois como um sistema hierarquizado de poder e privilégio, determinados tanto pelas relações materiais e ou econômicas (salário, renda) como pelas relações simbólicas (status) e ou culturais (diplomas) entre os indivíduos. Segundo esse ponto de vista, a diferente localização dos grupos nessa estrutura social deriva da desigual distribuição de recursos e poderes de cada um. Por recursos ou poderes Bourdieu entende mais especificamente o capital econômico (renda, salários, imóveis), o capital cultural (saberes e conhecimentos reconhecidos por diplomas e títulos), o capital social (relações sociais que podem ser revertidas em capital, relações que podem ser capitalizadas) e, por fim, mas não por ordem de importância, o capital simbólico, (o que vulgarmente chamamos prestígio e ou honra). Assim, a posição de privilégio ou não privilégio ocupada por um grupo ou indivíduo no campo social é definida de acordo com o volume e a composição de

um ou mais capitais adquiridos e ou incorporados ao longo de suas trajetórias sociais. (SETTON, 2010, p.23)

Á partir disso, considerando-se que o referencial cultural da sociedade é arbitrário, sendo assim, Bourdieu compreendeu que a sociedade francesa é composta por uma desigualdade social fundamentada no sistema violência simbólica. Desta forma, este poder simbólico indica específicos padrões no indivíduo, criado por um extensivo processo de socialização, que é o habitus (FERREIRA 2003, p. 172).

Em resumo, as análises de Bourdieu revelam que a quantidade acumulada de capital, seja ele econômico, cultural ou social, é o que determina as classes sociais, e sua representação reside no espaço social. Assim, o padrão de consumo de cada indivíduo, identificado pelo habitus, representa a posição do indivíduo na hierarquia social (FERREIRA, 2003, p. 174).

Na contemporaneidade, as discussões sobre o que se entende por cultura, introduziram na área cultural a relevância dos métodos possíveis de mapear o universo da produção e recepção, dando destaques ao papel das pesquisas socioeconômicas. Compreendeu-se que os dados obtidos nestes tipos de pesquisas, ao serem analisados, possibilitariam investigar o modo como diversos públicos entendem a cultura, consomem e se apropriam dos produtos culturais. Desta forma, as pesquisas no setor cultural crescem cada vez mais, pois a identificação do público é essencial para que se tenha um planejamento mais adequado e uma melhor aplicação dos fundos culturais.

A maioria dos países desenvolvidos faz pesquisas periódicas sobre práticas ou consumo culturais (das quais derivam estudos sobre áreas ou problemas específicos). Com formulações de caráter distinto, que refletem as tradições históricas e culturais de cada um deles, o estudo inaugural de Pierre Bourdieu (1969) sobre os museus foi o modelo que se generalizou, mesmo em âmbito internacional, e se impôs, apesar das diferenças entre as pesquisas existentes nos vários países (BOTELHO, 2001, p.180).

Para Botelho e Fiori, as pesquisas sobre práticas ou consumo cultural permitiram analisar o setor da cultura separadamente, através de resultados quantitativos, melhorando os critérios de intervenção para o poder público.

O tratamento das questões culturais como problemas econômicos e sociais trouxe outra decorrência: novos argumentos e categorias surgiram a partir do momento em que se pôde examinar e avaliar as práticas culturais dos indivíduos em termos de custo/benefício, horas de escuta de música, preferências por atividades praticadas em casa ou ao vivo, hábitos de leitura, frequência ao cinema ou ao teatro, práticas artísticas amadoras etc. Aquilo que era tomado de maneira impressionista passa, a partir de então, a ser considerado de forma objetiva. Conhecer o público tornou-se fundamental para o planejamento de uma política cultural – premissa essa que consolidou a realização periódica de pesquisas sobre práticas e consumo culturais (BOTELHO e FIORI, 2010, p.5).

Na década de 50, na França, começou um debate sobre políticas culturais, tendo em vista o lazer e o objetivo do governo em democratizar a cultura. Entretanto, verificou-se na época que estas medidas não atingiram todas as classes sociais e que elementos como nível de escolaridade, profissão e localização domiciliar, influenciavam no acesso à cultura. Compreendeu-se que existiam problemas no consumo e fruição cultural, através da distribuição ou a falta de equipamentos culturais e também pelo preço alto. Assim, as barreiras simbólicas existentes eram prevaletentes, prejudicando que novas camadas populares tivessem acesso à cultura erudita (LIBÂNIA 2014, p.6). Todavia, Isaura Botelho, ressalta dois problemas implícitos na democratização da cultura destas pesquisas: “só a cultura erudita merecia ser difundida; e bastaria o encontro entre o público – considerado de forma indiferenciada – e a obra para que houvesse uma adesão”(BOTELHO, 2001, p.80). Isto é, as pesquisas foram feitas sem refletir sobre contexto sociológico e as dificuldades simbólicas que rodeiam as práticas de natureza artística e cultural.

A premissa naquele momento, e que está por trás de todos os estudos previstos então, era a da democratização cultural, que, para se realizar, necessitava em si mesma, de um diagnóstico. Este “retrato” da situação foi possível graças à pesquisa sobre as práticas culturais que fez isso pela primeira vez, promovendo três revoluções: objetivar, usando sondagens; interrogar todos e não só os iniciados; interroga-los todos ao mesmo tempo, como forma de revelar as coerências e as relações das práticas entre si, nobres ou não. Já na primeira pesquisa os resultados apontaram a desigualdade de acesso à cultura tradicional e o peso respectivo das variáveis sociodemográficas, como o nível de educação, profissão e localização domiciliar. As pesquisas posteriores revelaram que o acesso à cultura resulta fortemente das transmissões familiares: qualquer que seja a profissão do chefe da unidade familiar, basta que haja um professor na família para que o acesso à cultura seja facilitado(BOTELHO, 2001, p.81).

Neste contexto, o sociólogo Pierre Bourdieu ao analisar sobre as práticas culturais da sociedade francesa, compreende que o gosto ou a escolha por uma experiência ou outra da cultura e os estilos de vida de cada grupo social (burguesia, camadas médias e proletariado) são muito heterogêneos. Ele concluiu que as diferentes maneiras destes indivíduos se relacionarem com as práticas de cultura eram determinadas pela trajetória social vivenciada por cada um deles. Assim, o gosto é resultado de um processo educativo, ambientado na família e na escola (SETTON, 2010, p. 27). Para ele, o gosto funciona como um marcador privilegiado de classe e como afirmação da prática da diferença.

A partir disso, Néstor Garcia Canclini diz que “o gosto dos setores hegemônicos tem uma função de ‘funil’, a partir do qual vão sendo selecionadas as ofertas exteriores e

fornecidos modelos político-culturais para administrar as tensões entre o próprio e o alheio” (CANCLINI, 2008, 66). Desta forma, em pesquisas recentes ainda é possível perceber a influência do gosto nas práticas culturais do indivíduo:

As pesquisas internacionais existentes apontam para o fato de que as maiores barreiras à aquisição de hábitos culturais são de ordem simbólica. A primeira lição que se extrai desta evidência é a lei do sistema de gostos: não se pode gostar daquilo que não se conhece; logo, o gostar e o não gostar só podem existir dentro de um universo de competência cultural, significando uma soma da competência institucionalizada pela hierarquia social, pela formação escolar e pelos meios de informação. Neste sentido, todos os estudos internacionais sobre práticas e consumos culturais mostram que é necessário observar a correlação entre acessibilidade a equipamentos (que tem diretamente a ver com os mapas de sua distribuição) e outros fatores, tais como recursos econômicos, escolaridade e a existência de hábitos culturais prévios aliados à educação (BOTELHO, 2013, p.13).

Mas o que significa consumir? Entendemos que o consumo é uma prática social que gera sentido e, por este fato é inerente a todas as sociedades (PASSOS; FACINA, 2014, p.25). A sociedade contemporânea, principalmente a parte ocidental, é caracterizada como a sociedade do consumo. Consumir determinados bens está relacionado com quem consome, como sua posição social, o lugar a que pertence e os laços que é possível estabelecer. Sendo assim, o consumo consegue unir indivíduos e também distingui-los. Portanto, ao estudarmos o consumo da sociedade contemporânea, usaremos principalmente as contribuições de Canclini, que define o consumo como:

[...] o conjunto de processos socioculturais em que se realizam a apropriação e os usos dos produtos. Esta caracterização ajuda a enxergar os atos pelos quais consumimos como algo mais do que simples exercícios de gostos, caprichos e compras irrefletidas, segundo os julgamentos moralistas, ou atitudes individuais, tal como costumam ser explorados pelas pesquisas de mercado (CANCLINI, 2008, p.60).

Canclini interpreta o consumo pela sua racionalidade econômica, considerando-o como uma etapa do ciclo de produção e reprodução social. Seguindo este pensamento, não são as necessidades ou os gostos individuais que definem o que, como e quem consome. A maneira de como acontece a distribuição dos bens provém das grandiosas estruturas de controle do capital. Sendo assim, as ofertas de bens e a persuasão publicitária para determinadas compras são influenciadas pelo sistema econômico, que prevê a reprodução da força de trabalho e o aumento da lucratividade (CANCLINI, 2008, p., 61). Canclini afirma ainda, que o consumo não é algo privado, mas sim notavelmente social, dependentemente a um determinado controle político das elites (CANCLINI, 2008, p. 66).

[...] a falta de interesse de setores populares em exposições de arte, teatro, ou cinemas experimentais não se deve apenas ao fraco capital simbólico de que dispõe para apreciar estas mensagens, mas também a finalidade aos grupos em que se inserem. Dentro da cidade, são seus contextos familiares, de bairro e de trabalho, os que controlam a homogeneidade do consumo, os desvios nos gostos e nos gastos. Numa escala mais ampla, o que se entende como cultura nacional continua servindo de contexto para seleção do exógeno (CANCLINI, 2008. p.66).

Ao pesquisar sobre o consumo cultural na Cidade do México, Canclini percebeu que as massas frequentam pouco os espetáculos. Em parte ele justifica que existe uma lógica global para que se diminua a frequência em equipamentos culturais públicos (cinemas, teatros, bibliotecas) ao mesmo tempo em que aumenta a audiência da cultura em domicílio (rádio, televisão e internet).

Canclini crê existir aí indício do que ele chama de “desurbanização”. A irracionalidade da urbanização é então compensada pela alta eficácia das redes tecnológicas, que terminam por estabelecer uma nova diagramação dos espaços e dos intercâmbios urbanos, exigindo uma reinvenção de laços sociais e culturais. Essa nova diagramação cultural da cidade (na qual a televisão é a protagonista) é funcional por compensar a desarticulação da cidade e sua gradual descentralização, bem como o isolamento dos habitantes de suas periferias, assegurando maneiras de contato com a informação e o saber, dentre outras formas de manutenção de vínculos culturais comuns, numa cidade construída sobre migrações permanentes. (BOTELHO e FIORI, 2010, p.13).

Para este autor, as metrópoles indicam uma grande fragmentação das condutas, ou seja, os indivíduos consomem níveis distintos com lógicas diferentes (BOTELHO; FIORI, 2010, p.13). Além disso, para Canclini, as desigualdades sociais e educacionais, dificultam o acesso da maioria aos bens culturais, bem como a distribuição desproporcional destes equipamentos na capital mexicana, que prejudica a ida a espetáculos públicos (CANCLINI, 2008, p.79-81). Da mesma forma como acontece na cidade do Rio de Janeiro, onde grande parte da oferta cultural tradicional (livrarias, museus, salas de teatro, música e cinema) está concentrada no Centro e Zona Sul, o que reforça a desigualdade de renda e educação existente na cidade.

Atualmente a questão da escolaridade responde em parte os desníveis encontrados, sendo a renda, o mercado de bens, segurança, transporte, a má distribuição dos equipamentos culturais e as desigualdades no acesso, fatores importantíssimos para a reflexão sobre o tema em questão e que determinam os hábitos de consumo (MARQUES, 2016, p.5).

Em nossa sociedade existe o pensamento de que a vida cultural das pessoas tem que está relacionada com atividades culturais reconhecidas socialmente, como: museus, teatros, cinema, etc. Ao mesmo tempo, é relevante destacar que existem outras práticas, como o

entretenimento, que está associado à utilização do tempo disponível no dia a dia, ou seja, praticar atividades físicas, ir á praças e parques, etc (MARQUES, 2016, p.5 e p.6). Porém, ainda assim a cultura erudita é o segmento mais beneficiado na formulação de políticas públicas pelos governantes.

As políticas de democratização da cultura repousam sobre dois postulados básicos: o primeiro define que a cultura socialmente legitimada é aquela que deve ser difundida; o segundo supõe que basta haver o encontro (mágico) entre a obra (erudita) e o público (indiferenciado) para que este seja por ela conquistado. Tais políticas levam em conta fundamentalmente os obstáculos materiais às práticas culturais, como má distribuição ou ausência de espaços culturais e preços elevados dos ingressos, vistos como os entraves básicos a um maior consumo cultural. Mas não atentam para outros fatores, tão decisivos quanto os citados e que não se reduzem à dimensão econômica ou “de oferta”. Há distinções de formação e de hábitos no tecido da vida cotidiana que têm grande incidência sobre as práticas culturais – a começar pelo fato de a cultura erudita, embora dominante no plano oficial por razões históricas e pelos valores que agrega, ser apenas uma vertente que convive com outras formas de produção e outras tradições populares, tudo bastante infiltrado pela dimensão “industrial” e mercantil dos processos atuais (BOTELHO e FIORI, 2010, p 8-9).

A ideia de ocupação de espaços públicos sempre foi mais orientada para os grupos sociais vinculados às elites econômicas, porém, mesmo assim, existia a participação das camadas populares. A partir da década de 1970, nota-se uma transformação tecnológica mais intensa, através do surgimento dos eletrodomésticos gradativamente menores e mais acessíveis financeiramente, principalmente àqueles relacionados à comunicação. Desta forma, há uma mudança no comportamento da sociedade, onde ocorre uma privatização das experiências cotidiana. As pessoas passam a vivenciar mais os espaços domésticos em decorrência dos equipamentos tecnológicos (televisão, celular, computador), diminuindo assim as experiências humanas e afetivas (MELO; PERES, 2006, p.4).

[...] O desequilíbrio gerado pela urbanização irracional e especulativa é ‘compensado’ pela eficácia comunicativa das redes tecnológicas. A expansão territorial e a massificação da cidade, que reduziram as interações entre bairros, ocorreram junto com as reinvenções de laços sociais e culturais que passam através do rádio e da televisão. Atualmente, são estes meios que, com sua lógica vertical e anônima, diagramam os novos vínculos invisíveis da cidade (CANCLINI, 2008, p.80).

Posto isto, Isaura Botelho compreende que:

Um outro aspecto da atividade cultural que tem relativizado a importância dos equipamentos públicos e sua distribuição é o avanço tecnológico. As pesquisas internacionais apontam para um movimento mundial no sentido do aumento do consumo cultural em domicílio, movimento este relacionado diretamente à diminuição de preços de equipamentos eletrônicos e às dificuldades e ameaças do viver em grandes conglomerados urbanos. Ou seja, há uma diminuição expressiva da

frequência a equipamentos públicos que são substituídos pelos equipamentos privados. De certa maneira, pode-se relacionar o anárquico crescimento urbano com o desenvolvimento das culturas eletrônicas, onde a irracionalidade da urbanização é compensada pela alta eficácia das redes tecnológicas. Sabemos que o desequilíbrio urbano exige uma reinvenção de laços sociais e culturais e, nesse sentido, o papel que as redes de telecomunicações cumprem com relação ao preenchimento do tempo livre da população é absolutamente expressivo. Nesse sentido, o consumo televisivo compensa a desarticulação da cidade e sua gradual descentralização, fazendo com que seja impossível se tratar da questão dos consumos culturais sem considerar os esquemas de substituição que são feitos pela população. Neste caso, a televisão é o principal meio encontrado para se compensar a falta de equipamentos culturais descentralizados e equilibradamente distribuídos pela cidade, principalmente se considerarmos que ela não exige códigos culturais elaborados (BOTELHO, 2003, p.16).

É interessante ressaltar que com os avanços tecnológicos aumentaram o consumo da cultura de massa dentro do domicílio. Os produtos culturais passaram a ser bem mais acessíveis através da internet. Por exemplo, uma pessoa quer ler um determinado livro, ela pode facilmente encontrá-lo através do *Google*; ou então quer assistir a um filme ou a um show possivelmente estará disponível no *Youtube* ou no *Netflix*. Desta forma, a produção cultural chega com mais facilidade para aqueles que antes não podiam usufruí-la, mas já tinham uma “vontade” de consumir estes produtos. Porém ao mesmo tempo, reafirma-se esta separação entre as camadas populares e aqueles mais privilegiados quanto à frequência aos espaços públicos de cultura e lazer, e também quanto ao consumo cultural de bens mais tradicionais.

Toda prática cultural exige a acumulação prévia de um mínimo de informação e, na maior parte dos casos, de conhecimentos. Como ir ao teatro quando se ignora a existência de um, perto de casa, ou quando nada se sabe de sua programação? Como comprar um livro numa livraria se não se conhece seu autor nem seu título? Aquilo a que chamamos correntemente «nível cultural» tem peso determinante sobre as condições de recepção da obra e sobre as diversas modalidades de práticas culturais: por exemplo, as expectativas de uma pessoa com relação a um espetáculo bem como a sua satisfação dependem, em grande medida, de seu nível de informação e das maneiras pelas quais esse indivíduo chegou a tal nível e/ou obteve essa informação (BOTELHO e FIORI, 2005, p.16).

Por outro lado, é possível destacar também, que o processo de urbanização das cidades brasileira aumentaram os complexos de diversão, orientado para uma forma bem específica de consumo (com a criação de shoppings centers, casas de shows, parques temáticos, entre outros). Entretanto, ao mesmo tempo, ocorre uma hierarquização e privatização do espaço público, onde se torna cada vez mais comum, locais públicos para beneficiados, através da restrição do acesso (por justificativas variadas, como preço e a distância) (MELO; PERES, 2006, p.7).

As estruturas do consumo cultural revelam as heterogeneidades sociais e territoriais. O consumo se relaciona com as identidades que se constroem nas interações com os espaços domésticos, com a ordenação dos equipamentos públicos e sua distribuição no espaço urbano. Essas clivagens são geradas na expansão das cidades – em geral desordenada, em especial nos países latino-americanos – e refletem o papel cada vez menor dos espaços de uso compartilhado. Mas essas diferenciações sociais também se relacionam com a estrutura dos mercados de trabalho e a estrutura de renda em processos produtivos cada vez mais internacionalizados (BARBOSA, ARAÚJO e SOUZA, 2007, p.126).

A realidade é que os deslocamentos físicos estão cada vez mais escassos, e assim, pode-se afirmar que o uso dos equipamentos culturais e a mobilidade territorial estão cada vez mais atrelados aos direitos e privilégios das classes com maior poder aquisitivo (BOTELHO, 2003 p.4). Através da especulação imobiliária, este processo de “diferenciação” entre as classes está se intensificando, principalmente onde está localizado o objeto de estudo.

1.2 O TERRITÓRIO E A TERRITORIALIDADE

Nos últimos anos, o território tem sido amplamente estudado na Ciência Política, na Antropologia, na Geografia e também recentemente na área da cultura¹. Contudo, ainda é muito difícil construir uma relação entre cultura e território, porque as metodologias apresentadas até então pelas ciências geográficas, ainda são limitadas e experimentais para tratar com maior exatidão desta temática (SILVA, 2007, p.17).

É interessante destacar aqui que utilizaremos esses conceitos a fim de compreender o problema, mas também de uma forma que possa pensar em novas intervenções na realidade. Sendo assim, Raffestin coloca que toda ação espacial, mesmo pequena, incentivada por um conjunto de comportamento ou ações se reflete em uma “produção territorial”, que atingem os nós e as redes (RAFFESTIN, 1980,p.150).

Esses sistemas de tessituras, de nós e de redes organizadas hierarquicamente permitem assegurar o controle sobre aquilo que pode ser distribuído, alocado e/possuído. Enfim, permitem realizar a integração e a coesão dos territórios. Esses sistemas constituem a integração e a coesão dos territórios. Esses sistemas constituem o invólucro no qual se originam a relação de poder. Tessituras, nós e redes podem ser muito diferentes de uma sociedade para outra, mas estão sempre presentes. Quer sejam formados a partir do princípio da propriedade privada ou coletiva, nós o encontramos em todas as práticas espaciais. (RAFFESTIN, 1980, p.151).

¹ Em 2012, foi criado o Programa de Pós Graduação em Cultura e Territorialidades, ligado ao curso de Produção Cultural da Universidade Federal Fluminense.

Existem diferentes definições de território, que podem variar de acordo com a posição filosófica que o pesquisador estiver ligado. Neste trabalho, optou-se então em utilizar as teorias de Rogério Haesbaert sobre o assunto, compreendendo que o território em qualquer colocação sempre terá a ver com poder. Segundo ele, já surge com uma conotação dicotômica: simbólica e material. A primeira tem uma visão mais subjetiva de apropriação e a outra no sentido mais concreto de dominação (HAESBAERT, 2007, p.20). Assim, o território material está relacionado à esfera político-econômica, e o simbólico está ligado à esfera cultural e aos valores compartilhados por um grupo social. Diante disso, HAESBAERT acredita em três possibilidades na fundamentação do território:

a.[...]Num sentido mais material-funcionalista, o território pode estar vinculado tanto ao exercício do poder e ao controle da mobilidade via fortalecimento de fronteiras, quanto à funcionalidade econômica que cria circuitos relativamente restritos para a produção, circulação e consumo.

b. Num sentido mais simbólico, o território pode moldar identidades culturais e ser moldado por estas, que fazem dele um referencial muito importante para a coesão dos grupos sociais.

c. O território, além de ter diferentes composições na interação entre as dimensões política, econômica e simbólico-cultural, pode ser visto a partir do grau de fechamento e/ou controle do acesso que suas fronteiras impõem, ou seja, seus níveis de acessibilidade. Assim, teríamos desde os territórios mais abertos, de fronteiras permeáveis, intensamente conectados ou redificados, até aqueles mais fechados, quase impermeáveis [...] (HAESBAERT, 2007, p.49)

Portanto, compreendemos que para aqueles que têm o direito de desfrutá-lo, o território pode suscitar a identificação e a efetiva apropriação. (HAESBAERT, 2007, p.20). Desta forma iremos interpretar aqui, o território como uma construção histórica e social, que se dá a partir das relações de poder, ou seja, é composto por diferentes formas de apropriação e de domínio da natureza.

[...] De fato o território não deve ser confundido com a simples materialidade do espaço socialmente construído, nem com um conjunto de forças mediadas por esta materialidade. O território é sempre, e concomitantemente, apropriação (num sentido mais simbólico) e domínio (num enfoque mais concreto, político econômico) de um espaço socialmente partilhado (e não simplesmente construído, como o caso de uma cidade fantasma no deserto norte-americano, exemplificado por Souza (1995) (HAESBAERT,2007, p.42).

Ainda assim é necessário ressaltar que o território se constitui a partir do espaço. Raffestin afirma que o território “é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao apropriar de um espaço

concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator "territorializa" o espaço" (RAFFESTIN, 1980, p.143).

Seguindo este raciocínio, o território não deve ser pensado como uma figura estática, no qual suas fronteiras são duras e impermeáveis. Deve ser notado e vivido a partir das franjas permeáveis, onde se realizam as relações de troca de ideias, de valores, de práticas e de objetos (BARBOSA, 2014, p.131). SANTOS reforça esta ideia, compreendendo o como "o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações de sua existência" (SANTOS, 2006, p.13). Assim, para ele o território deve ser concebido como "território usado", ou seja, não é apenas o espaço natural em si, deve-se somar também a identidade, que é pertencer aquilo que nos pertence (SANTOS, 2006, p.14). Logo, ele compreende que nestes espaços geográficos as relações sociais se concretizam e se reproduzem criando territórios baseados nas relações de poder.

No território estão as cristalizações de símbolos, de memórias e de valores que encarnam o sentido da cultura. E, por meio da apropriação do território que se geram os usos e os estilos, combinando maneiras de fazer e invenções de saberes inscritos em posições culturais socialmente construídas. O território emerge como um acervo prático-simbólico, onde tudo pode ser continuamente reconstruído e reordenado das mais diferentes maneiras possíveis (BARBOSA, 2014, p.131).

As territorialidades são construídas socialmente, através do enraizamento socioespacial. De acordo com Raffestin, a territorialidade "se reflete na multidimensionalidade do 'vivido' territorial para os membros de uma coletividade, pela sociedade em geral (...). O poder é inevitável e, de modo alguma, inocente" (RAFFESTIN, 1980, P.158-159). Sendo assim, para Sack, ela pode ser compreendida como uma estratégia geográfica de controle, visando atingir ou afetar pessoas, fenômenos e relações a partir do domínio de uma determinada área. Além de englobar uma dimensão puramente política, a territorialidade também é composta de relações econômicas e culturais. Desta forma, ele diz que ela está "intimamente ligada ao modo como as pessoas utilizam a terra, como elas próprias se organizam no espaço e como elas dão significado ao lugar" (HAESBAERT, 2007 apud SACK, p.22).

Em uma visão geopolítica do território, enquanto espacialidade social contida por limites e fronteiras sob o estatuto de um Estado-nação, por exemplo (mas nunca restrita apenas a ele), a territorialidade pode ser entendida como a estratégia geográfica para controlar/atingir a dinâmica de pessoas, fenômenos e relações

através do manutenção do domínio de uma determinada área (Sack, 1986). O mundo contemporâneo, ao mesmo tempo em que se abre a fluxos como os do capital financeiro globalizado, exhibe inúmeros exemplos de fortalecimento dos controles territoriais, como é evidente nas fronteiras internacionais que se fecham aos fluxos migratórios (HAESBAERT,2007, p.44).

Raffestin acrescenta ainda que:

A territorialidade se inscreve no quadro da produção, da troca e do consumo das coisas. Conceber a territorialidade como uma simples ligação com o espaço seria fazer um determinismo sem interesse. É sempre uma relação, mesmo que diferenciada com outros autores.

Toda produção do sistema territorial determina ou condiciona uma consumação deste. Tessituras, nodosidades e redes criam vizinhanças, acessos, convergências, mas também disjunções, rupturas e distanciamentos que os indivíduos e os grupos devem assumir. Cada sistema territorial segrega sua própria territorialidade, que os indivíduos e as sociedades vivem. A territorialidade se manifesta em todas as escalas espaciais e sociais; ela é consubstancial a todas as relações e seria possível dizer que, de certa forma, é a ‘face vivida’ da ‘face agida do poder’”. (RAFFESTIN, 1980, p.161)

Neste sentido, é possível tentar entender como os grupos sociais se ordenam em seu mundo. Silva diz que as bases da constituição das relações de poder que estabelecem os limites de um espaço e determinam um território devem ser interpretada, sendo que este poder deve ser legitimado. Assim, para que esta legitimidade aconteça, ela deverá ser garantida ou sustentada. Em outras palavras, para que um grupo a obedeça, ele deverá acreditar na legitimidade, ou exercer alguma vontade que justifique obedecer (SILVA, 2007, p.21).

Na sociedade urbana industrial, os indivíduos e grupo de indivíduos estabelecem relações multidirecionais das mais variadas formas. Assim, por mais que os valores desta sociedade pareçam homogêneos e a paisagem urbana repetitiva, pode-se desvendar quais são as representações dos grupos, como se situam no mundo, como classificam a sociedade e se estabelecem relações e se apropriam de determinados espaços da cidade. A cidade, portanto, pode ser vista como um mosaico de territórios estabelecidos de maneira simultânea e sobreposta, como uma teia de relações entre os grupos e indivíduos. O território destas relações será diferente em função do aspecto social a partir do qual tal território é constituído. (SILVA, 2007, p. 22).

Complementando esta ideia, para Silvia “cada recorte social, ou de grupo que tiver uma identidade (uma história comum), representado por instituições (formais ou informais) e que possua espaços próprios de socialização, constitui um território”. Assim, a adaptação do espaço é estabelecida pelas relações entre seus membros, através do controle de significações comuns (SILVA, 2007,p.29-30).

Capítulo 2: AS TRANSFORMAÇÕES NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

O território deve ser sempre pensando a partir de uma perspectiva temporal, pois envolver diversas transformações ao longo de sua história (HAESBAE RT, 2007, p.50). Por isso, neste capítulo será feito um breve panorama das transformações urbanas que ocorreram e estão acontecendo na cidade do Rio de Janeiro, com o objetivo de situar o contexto da qual esta pesquisa se inicia.

Assim, teremos como ponto de partida a Reforma Passos, que significou uma das maiores intervenções urbanísticas na cidade. Usaremos principalmente as contribuições de Abreu para entender o desenvolvimento urbano do município e também o processo de segregação sócio espacial, presente na realidade dos cariocas até os dias de hoje. Em seguida, será abordada a urbanização tardia da Zona Oeste da cidade, tendo em vista o aumento da especulação imobiliária na região, devido as recentes realizações dos grandes eventos no Rio de Janeiro (Copa e Olimpíadas). Por fim, o capítulo tratará da Região Administrativa de Campo Grande, que recentemente vem recebendo fluxos migratórios que estão mudando a dinâmica da região.

Não é o propósito, aqui, descrever este processo de forma detalhada ao longo da história cidade do Rio de Janeiro. Entretanto, não há como deixar de abordar tais transformações, visto que o campo de observação empírica desta pesquisa dialoga o tempo todo, com esta estruturação do espaço urbano.

2.1 O DESENVOLVIMENTO URBANO DO RIO DE JANEIRO

A cidade do Rio de Janeiro se faz presente desde o início da formação do país, primeiro como capital da colônia, depois como Distrito Federal e atualmente com o título de Capital Cultural ². Apesar de toda essa importância histórica e cultural, o Rio de Janeiro se destaca como uma “cidade de extremos”, onde os territórios existentes na cidade expressam condições de vida e consumos distintos.

² Título concedido pela União das Cidades Capitais Íbero-Americanas (UCCI) por ocasião da XII Reunião do Comitê de Cultura realizada em Havana, em 1997 (FERRAN; SILVEIRA, 2001, p. 1691).

O processo de urbanização desta cidade aconteceu de forma desigual em períodos diferentes, tendo ocorrido tardiamente na Zona Oeste. A sua formação aconteceu a partir da ocupação que seguiu e segue uma lógica baseada nas transformações econômicas, sociais e políticas pelas quais a cidade passou.

O modelo do Rio tende a ser o de uma metrópole de núcleo hipertrofiado, concentrador da maioria de renda e dos recursos urbanísticos disponíveis, cercado por estratos urbanos periféricos cada vez mais carentes de serviços de infraestrutura à medida em que se afastam do núcleo, e servindo de moradia e de local do exercício de algumas outras atividades às grandes massas de população de baixa renda (ABREU, 2013, p.17).

No início do século XIX, o Rio de Janeiro era capital do país e passava por um período de mudanças. A cidade que antes tinha características coloniais passou a ser uma cidade com aspecto de metrópole capitalista (BERNARDES, 1990, p.81.). A partir deste período o Rio começa a modificar a sua formação urbana e em termos de classe social, mostra uma estrutura espacial estratificada (ABREU, 2013, p.24).

Em 1903, durante a presidência de Rodrigues Alves, o Engenheiro Pereira Passos assumiu a prefeitura da capital e deu início ao projeto de regeneração da cidade. Estabelecendo uma nova relação entre o Estado e o espaço urbano, responsável pela aceleração e consolidação do padrão de segregação sócio espacial, que no decorrer dos anos só aumentou (LAGO, 1997, p.1387). No entanto, é interessante ressaltar que a chamada “Reforma Passos” não ocorreu do nada. Porque antes mesmo destas intervenções urbanísticas na cidade já havia reflexões a cerca do tema, seguindo o processo de fragmentação do sistema escravista (ABREU, 2013, p.220).

Durante este período houve demolições dos casarões antigos, alargamento das vias e remodelação da malha urbana, que ficou conhecido como “Bota abaixo”. Essas reformas foram inspiradas nas que ocorreram em Paris no século XIX na administração do Barão Haussaman. Ferran (2001, p.1695). relata que a haussmanização: “Trata-se de formação de uma nova imagem urbana, para os que são decisivos a abertura de grandes vias, a criação de áreas verdes, novas construções, novos ocupantes, o chamado emburguesamento, ou gentrificação” .

A Reforma Passos representa a primeira grande intervenção direta do Estado no espaço urbano da cidade sobre o urbano, de bases econômicas e ideológicas capitalistas, com dois eixos principais: um de controle circulação e outro de controle de urbanístico. O primeiro se deu através da construção do porto na cidade e com o alargamento de ruas, que além de

modificar visualmente e interferir na acessibilidade no centro da cidade, serviram como controle social da área central. Já o controle urbanístico realizou-se com uma série de legislações³ impostas pelo Prefeito que proibia qualquer tipo de reforma nos cortiços ainda existentes e regulamentaram todas as construções civis no Distrito Federal.

Segundo Abreu, a questão da habitação popular deve ser entendida em dois processos: a geração de ofertas de empregos assalariados e a abertura do subúrbio⁴ para o proletariado, com o aumento de ofertas para a casa própria. Este último ele descreve da seguinte forma:

Até meados da década de 1880, o processo de retalhamento de terras nos subúrbios era comandado principalmente pelo pequeno proprietário de terra, que retalhava a sua “chácara” em lotes, vendendo-os em leilão. A abertura de três novos eixos de penetração na área suburbana modificou substancialmente esse processo. Atraídos pela perspectiva de lucros fartos e rápidos, diversos bancos e companhias nacionais e estrangeiros logo adquiriram grandes glebas de terra, convertendo-as em lotes à medida que as ferrovias iam sendo inauguradas ou melhoravam o seu tráfego suburbano. E faziam isso de forma totalmente nova: não mais abriam uma ou duas ruas; criavam bairros inteiros e vendiam os lotes a prazo. O resultado foi a inundação do mercado pela oferta e, conseqüentemente, a queda relativa do preço da habitação, que viabilizou, para muitos e antes mesmo da Reforma Passos, a moradia fora da área central. E, na maioria dos casos, em bases totalmente novas, ou seja, via o acesso à propriedade da terra (ABREU, 1886, p. 226).

A cidade do Rio de Janeiro tal como conhecemos hoje, não ocupava essa extensa área até o século XVIII, pois a população se amontoava no Centro e nas áreas próximas. Estas limitações ocorriam em parte devido a lentidão dos transportes, que eram de tração animal. No século seguinte, a implementação do bonde elétrico e também o aumento populacional fizeram com que essa massa humana se dispusesse seguindo o recorte da linha ferroviária, ao mesmo tempo em que ocorria o crescimento vertical da orla marítima. Esse crescimento expressivo na cidade resultou em um alargamento da distância entre as zonas de residências ao centro da cidade (BERNARDES, 1990, p.127).

A introdução dos bondes na dinâmica da cidade juntamente com a especulação imobiliária impulsionou o desenvolvimento de áreas mais afastadas do centro. De acordo com Bernardes (1990, p.81), “a construção das primeiras ferrovias deu origem ao desenvolvimento de núcleos suburbanos em torno das estações, núcleos esses que, progressivamente, se iriam soldando, para construir os bairros-subúrbios e a extensa zona suburbana atual.”

³ Um exemplo é o Decreto 39, de 10/2/1903 que regulava a construção, acréscimos e consertos de prédios, através da exigência de plantas e construtores legalmente habilitados; regulamentava fachadas e empenas; definia materiais de construção permitidos; estabelecia normas a respeito de alturas, recuos, encanamentos, áreas livres etc. (ABREU, página 230)

⁴ Atentamos para o contexto no qual essa palavra foi empregada na cidade do Rio de Janeiro. Segundo Nelson Nóbrega (In: Território, Territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial 2006, p.200), esta palavra sofreu transformações em relação ao seu uso original, deixando de representar as áreas circunvizinhas à cidade, e passando a receber um novo significado de “bairros ferroviários e populares da área urbana do território municipal”.

No início do século XIX, as classes sociais mais abastadas foram transferidas para novos bairros recém-construídos para elas. Então, durante este período, a cidade se expandiu em direção as Zonas Norte e Sul. Isto seguindo os interesses do capital privado, sobretudo das empresas de bonde e do Estado. Contudo, esta expansão permitiu o deslocamento apenas das classes mais altas, sobrando para os trabalhadores apenas os bairros proletariados nas áreas centrais ou as freguesias suburbanas, que começavam a se desenvolver com a implementação dos trens elétricos (LAGO, 1997, p.1386).

Trens e bondes foram, sem dúvida, indutores do desenvolvimento urbano do Rio. Mas o caráter de massa destes meios de transporte tem de ser relativizados, como também tem de ser relativizado os seus papéis frente ao ambiente urbano. É que trens, bondes e, mais tarde, ônibus (e os sistemas viários correspondentes) só vieram “coisificar”, um sistema urbano preexistente, ou pelo menos um sistema de organização do espaço urbano, cujas premissas já estavam prontas em termos de representação ideológica do espaço e que apenas esperavam meios de concretização. Em outras palavras, o bonde fez a zona sul, porque as razões de ocupação seletiva da área já eram “realidade”... Já o trem veio responder uma necessidade de localização de pessoas de baixa renda e das atividades menos nobres (indústrias, por exemplo) (Abreu apud Ferreira dos Santos, 2013, p.44.)

No período de 1914-1918 o Rio de Janeiro era o maior centro fabril do país. Diante disso, a região próxima ao Porto, especialmente em São Cristóvão, se tornou uma opção para a instalação de indústrias na cidade. Entretanto, a presença de terrenos mais baratos seguindo a linha férrea fez com que muitas fábricas optassem pela localização suburbana. Neste período, o desenvolvimento industrial da cidade ocorreu praticamente sem ajuda do Estado e atraiu um grande número de migrantes provindo do antigo Estado do Rio. Eles foram beneficiados por uma tarifa única nas linhas suburbanas dentro do Distrito Federal. Isto contribuiu para o crescimento populacional das freguesias suburbanas, como foi o caso de Campo Grande (ABREU, 2013, p.80). Assim, a descentralização das atividades produtivas no município, em consequência da valorização do preço do solo e da falta de espaço na região central impulsionou a ocupação de espaços livres e acessíveis distantes do Centro da cidade. Desta forma, os limites da cidade foram ampliando em direção a Zona Oeste da cidade. Conforme Oliveira evidencia:

A Zona Oeste, portanto, foi e continua sendo a última fronteira de expansão do capital imobiliário, afastada do Centro e das atividades produtivas, concentrou a população de baixa renda na zona mais periférica da cidade. Contudo, mesmo estando na periferia, Campo Grande conseguiu reunir elementos importantes para o adensamento de sua área, como a facilidade de transporte; infraestrutura implantada; a existência de amenidades; terras não ocupadas, a baixo preço e baixos impostos, entre outros (OLIVEIRA, 2014 , p.70).

Bernardes (1990, p.149) destaca que em cidades de sítios regulares o crescimento suburbano evoluiu para todas as direções, como foi o caso da cidade de São Paulo, que se desenvolveu inicialmente em uma forma estrelar. As linhas férreas de São Paulo expandiram-se linearmente aos subúrbios que mais tarde se interligaram. Entretanto, na cidade do Rio de Janeiro o efeito inicial da expansão suburbana foi diferente. Como resultado se fez uma cidade sitiada entre o mar e a montanha, que obrigou as vias de circulações fossem somente em direção norte e noroeste.

As transformações ocorridas na cidade após a Reforma Passos elevaram os custos de vida na região central da cidade, ocorrendo à dispersão da população menos provida de capital para as áreas periféricas, processo este conhecido como gentrificação. Diante disso, a própria ocupação da Zona Oeste sofreu influências de fluxos migratórios, transformações econômicas e políticas que ocorreram com todas as regiões afastadas do Centro e que não tinham de imediato um status econômico.

A solução foi amontoar os ricos em torno destes bens para que pudessem desfrutá-los ao máximo, e impedir a entrada dos pobres no núcleo (no que se encarregou a empresa privada, através da especulação imobiliária, ou expulsá-los para fora dele (do que se encarregaram certos planos e instituições do governo), sem preocupação pela sua necessidade de acesso fácil ao mercado de trabalho, que em sua maioria permaneceu localizado no centro em suas cercanias (ABREU, 2013, p.17).

No final da década de 20, na administração do prefeito Antônio Prado Júnior foi criado o Plano Agache, que pretendia transformar o Rio de Janeiro em uma cidade monumental, visando ordenar e embelezar a cidade conforme os critérios funcionais e da estratificação social do espaço (ABREU, 2013, p. 86). O Plano em si nunca foi posto em prática por completo, mas algumas obras foram realizadas anos depois, como a construção do autódromo de Jacarepaguá. Contudo, durante a sua execução, os bairros centrais de baixa renda que resistiram a Reforma Passos foram desapropriados durante este período. Além do mais, nota-se a tentativa de erradicar as favelas da cidade e também recomendação de que o Estado diminua seus custos através de programas habitacionais (ABREU, 2013, p.87).

As reformas urbanas ocorridas na região deram um auxílio inicial para as indústrias da construção civil, através dos prédios comerciais criados na região central e também nos novos bairros que surgiam com a implantação dos transportes coletivos. Após a “higienização” no centro da cidade e o desaparecimento dos cortiços na região, a preocupação governamental por moradia popular esfriou. Os empresários da construção civil abandonaram os projetos de moradias populares e dispensaram os subsídios recebidos do governo. Isto permitiu com que

após a Reforma Passos, o mercado imobiliário se desenvolvesse aceleradamente. Entretanto, esquecendo-se de que surgiu para atender a demanda de moradia popular (VAZ, 1994, p.586).

A configuração do espaço metropolitano no final dos anos 40 pode ser visto, então, como o resultado de três movimentos sincrônicos: o deslocamento dos trabalhadores pobres para os subúrbios e periferias em função da ação coercitiva do poder público no sentido de manter ordem, pelo menos nas áreas centrais; a chegada, na zona sul e sobretudo nos subúrbios e municípios vizinhos, de trabalhadores e migrantes do campo, para suprir a mão de obra necessária e nas indústrias e atividades terciárias recém implantadas e, por último, a mobilidade social ascendente de segmento da classe trabalhadora que se dirigiam para os bairros à beira mar em busca do novo status de classe média e do padrão de consumo embutido nele (LAGO,1997, p.1391).

Assim, o crescimento extensivo da cidade em consequência da ampliação da distância entre o local de trabalho e o domicílio, estabeleceu uma movimentação ainda maior da força de trabalho. Todavia, este crescimento não foi acompanhado pela melhoria dos transportes coletivos de massa (ABREU, 2013, p.94). Se agravando mais tarde com a criação da Avenida Brasil que liga o subúrbio com o centro da cidade, resultando no aumento do volume de carros e transportes viários. Isto intensificou congestionamento de trânsito, principalmente nos horários de “rush”. Sendo um fator para que desenvolvesse os subcentros comerciais nas áreas periféricas da cidade, como ressalta Bernardes (1990, p.127): “Cada vez mais o carioca foi procurado a prover as suas necessidades em locais mais próximos de sua residência, onde havia condições de surgimento de subcentros de serviços, por serem pontos de interseção de transportes ou de passagem obrigatória”.

Além disso, o alongamento da distância na cidade fez com que regiões ainda em expansão utilizassem o serviço de regiões mais povoadas e melhores equipadas. Isto foi um dos motivos que contribuiu para o desenvolvimento desses subcentros e também a multiplicação dos serviços oferecidos nessas áreas já povoadas (BERNARDES, 1990, p.128).

De acordo com informações da Secretaria Municipal de Urbanismos (SMU), atualmente o município é a segunda maior metrópole do País com uma área de 1224,56 km² e é dividida em quatro áreas geográficas: Centro, Zona Sul, Zona Norte e Zona Oeste. Além disso, o Rio de Janeiro possui 161 bairros, distribuídos em 33 RA - Regiões Administrativas e em 5 AP - Áreas de Planejamento.

As RA foram criadas em caráter experimental pelo Governador Carlos Lacerda, ainda no Estado Guanabara, foram instituídas três⁵ regiões: Campo Grande, São Cristóvão e Lagoa.

⁵ Decreto 353 de 30 de janeiro de 1961

Então 1981, foram convencionadas⁶ estas estruturas de “Regiões Administrativas”, “Áreas de Planejamento” e “bairros”, através de um estudo da Comissão do Plano da Cidade – COPLAN.

2.2 A ZONA OESTE

Originalmente a Zona Oeste, que era conhecida como Sertão Carioca, foi uma terra de latifúndios, onde os fazendeiros brigavam judicialmente para validar os limites de suas propriedades, que eram em suas maiorias imprecisos. Com o declínio das lavouras e dos engenhos, os latifúndios foram divididos, originando propriedades menores e bairros, que em sua maioria levavam o nome dessas fazendas (OLIVEIRA, 2014, p.57). Neste sentido, no início do século XX, este parcelamento do solo, resultou no alargamento da cidade juntamente com o agravamento da crise das habitações populares (GUIMARÃES, 2011, p. 18).

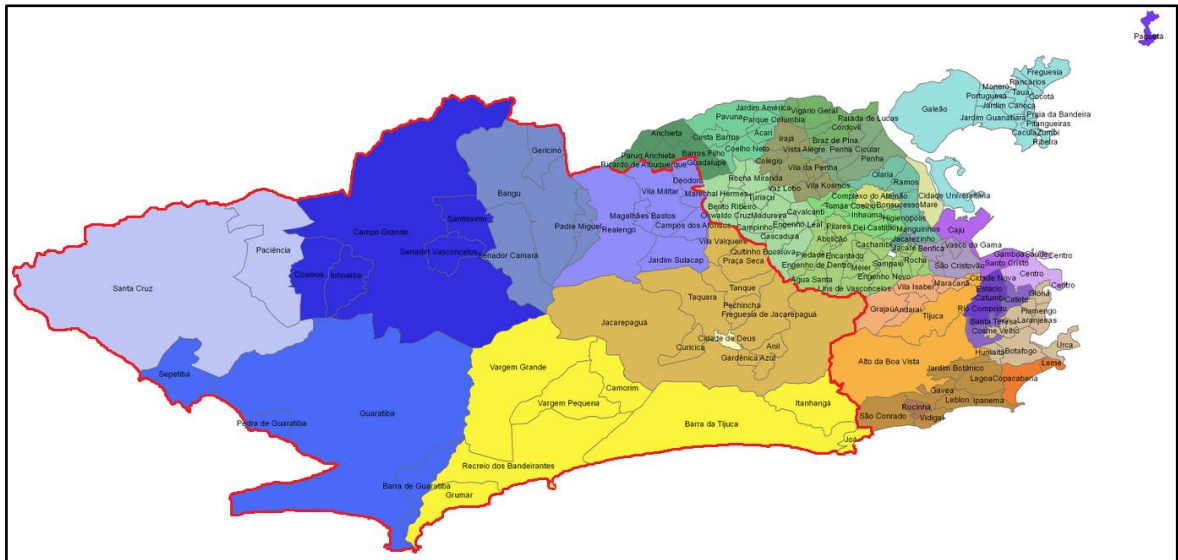
A Zona Oeste é composta por bairros da 5ª AP e de alguns bairros da 4ª AP da cidade e tem um dos menores Índices de Desenvolvimento Humano - IDH do município, marcada por significativas desigualdades. Entretanto, representa mais de 40% ⁷da cidade. Os bairros que compõem a região são: Bangu, Barra de Guaratiba, Barra da Tijuca, Camorim, Campo Grande, Cidade de Deus, Cosmos, Curicica, Deodoro, Freguesia, Gardênia Azul, Gericinó, Grumari, Guaratiba, Inhoaíba, Itanhangá, Jacarepaguá, Joá, Magalhães Bastos, Mallet, Paciência, Padre Miguel, Pedra de Guaratiba, Realengo, Recreio dos Bandeirantes, Santa Cruz, Santíssimo, Senador Camará, Senador Vasconcelos, Sepetiba, Sulacap, Taquara, Vargem Grande, Vargem Pequena, Vila Militar e Vila Valqueire.

Esta região representa grande parte do PIB do município do Rio de Janeiro. Entretanto, apesar de sua relevância econômica e da expressiva densidade populacional, a Região tem sido historicamente marcada por altos índices de exclusão e desigualdade social e pela violência urbana.

⁶ Decreto N.3157 e Decreto N° 3158 de 23 de julho de 1981

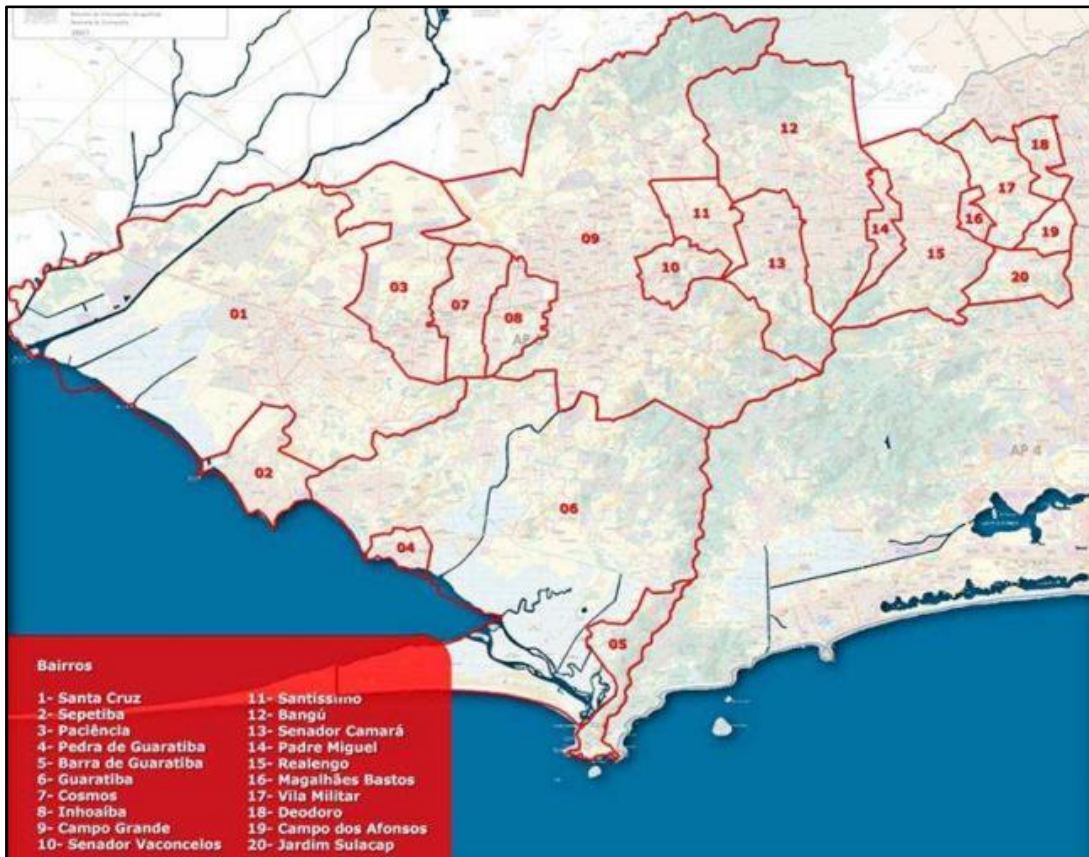
⁷ Dados do Instituto Pereira Passos

Figura 1 – Mapa da cidade do Rio de Janeiro com destaque para a Zona Oeste



Fonte: Instituto Pereira Passos, elaboração da autora.

Figura 2 - Mapa dos bairros da AP5



Fonte: Instituto Pereira Passos

Atualmente na cidade do Rio de Janeiro o crescimento urbano tem se direcionado para a Zona Oeste, principalmente para as RA's da Barra da Tijuca, Jacarepaguá, Guaratiba, Santa Cruz, Bangu e Campo Grande. Isto começou a ocorrer, sobretudo, após a valorização do preço de terra urbana pelo mercado imobiliário.

Entre as décadas de 60 e 80 o Governo Federal investiu através do Sistema Financeiro de Habitação (SHF), que facilitava a aquisição de casa própria. Em consequência deste financiamento ocorreu um aumento dos edifícios e condomínios criados para as classes médias nas áreas mais valorizadas, o que reforçou a segregação do espaço urbano, determinado pelo aumento de moradias no centro e a expulsão das camadas desprovidas de capital para periferias. De acordo com Lago :

[...]Foi neste período que se introduziu a lógica da rentabilidade na prestação de serviços urbanos. Os benefícios públicos deveriam ser alocados privilegiadamente em locais onde o retorno do capital investido estivesse garantido via impostos e tarifas, o que justificou a concentração dos recursos nas áreas valorizadas já servidas de infra-estrutura e equipamentos urbanos[...] (LAGO, 1997, p. 1393-1394).

Na década de 70 o capital imobiliário expandiu ainda mais, principalmente na Barra da Tijuca com formulação do Plano Piloto do urbanista Lúcio Costa (1969). Este projeto visava o ordenamento do solo e conectava a Barra da Tijuca ao centro histórico da Cidade do Rio de Janeiro até Santa Cruz, ligando a cidade de leste ao oeste. A Barra teve uma promoção imobiliária como uma “nova Zona Sul”, objetivando dar continuidade à orla da Zona Sul da cidade e também ser uma área para atender as classes médias e altas. Este projeto urbanístico atraiu investidores do ramo imobiliário para as regiões da Barra, Recreio e Jacarepaguá, resultando na criação de vários condomínios para as camadas médias.

A crise do SFH, na década de 80, resultou na retração do mercado imobiliário para as classes médias. Em consequência, esse tipo de negócio se especializou em criar empreendimentos luxuosos, no qual se utilizaram de áreas centrais elitizadas. Diante disso, a estagnação e a elitização da produção empresarial afetaram principalmente as camadas médias, que passaram a residir em condomínios fechados, situados fora das áreas centrais, onde o valor dos imóveis eram mais baratos, como a Barra da Tijuca (LAGO, 1997, p. 1398).

A elitização do mercado residencial teve como contraponto a difusão das ocupações ilegais por todo o tecido urbano. A crescente informalização da produção de moradia para os setores de baixa renda se deu através da periferização das favelas e da expansão de moradias precárias em áreas públicas. A incorporação em larga escala de novas terras ao tecido urbano através da produção extensiva de loteamentos populares deu lugar, na última década, ao adensamento de áreas já urbanizadas. O resultado foi a reversão do ritmo de crescimento da população favelada residente na cidade do Rio de Janeiro, que vinha em queda de 1950 até 1980. No período de 80-91 esta cresceu em uma taxa de 2,6% ao ano, enquanto o crescimento total do município não chegou a 1% (LAGO, 1997, p. 1399).

Até a década de 90 a forma de moradia mais habitual na Zona Oeste eram construções em loteamentos clandestinos e irregulares, que eram procuradas para a autoconstrução de casas ou para construção de conjuntos populares. Após a década de 90, nota-se também um mercado propício para a construção de loteamentos regulares e de condomínios fechados, sobretudo na região de Campo Grande (OLIVEIRA, 2014, p.77-78).

Atualmente, a Zona Oeste é onde está concentrada a maioria das indústrias da cidade. Assim, os distritos industriais de Campo Grande e Santa Cruz representam 45% do PIB do Estado do Rio de Janeiro (ANTUNES, 2010, p.106). Esta industrialização na região ocorreu principalmente, porque estas empresas receberam incentivos fiscais e também porque preço dos imóveis e a mão de obra existente é mais barata do que em outras regiões.

Cabe registrar que a localização de indústrias nas periferias metropolitanas, que visava atrativos fiscais e mão-de-obra mais barata, ocorreu junto com o processo de desindustrialização da Metrópole do Rio de Janeiro, fenômeno esse recorrente em outras metrópoles nacionais, que passaram a se dedicar prioritariamente ao comércio e serviços especializados (NACIF e ANTUNES, 2010, p.110).

Com isso, o setor industrial vem modificando a região, gerando novos empregos e propiciando o surgimento de escolas técnicas e cursos de ensino superior voltados a este setor. Assim, foi criada em 2005, a UEZO – Universidade Estadual da Zona Oeste, visando atender os moradores da região, e também de Itaguaí e de Nova Iguaçu. A universidade conta com dez cursos de graduações em áreas ligadas ao setor industrial nas modalidades: bacharel e tecnólogo. Porém, desde a inauguração a universidade ainda não tem sede própria, funciona em um local improvisado dentro de uma escola de ensino médio em Campo Grande e sofre falta de repasse de verba pelo Governo do Estado.

Por outro lado, industrialização na Zona Oeste está trazendo problemas para os moradores e afetando o ecossistema da região. As empresas localizadas no Distrito Industrial estão poluindo os rios e também, conseqüentemente matando animais em extinção, como é o caso dos botos cinza da Baía de Sepetiba. Apesar de representarem a cidade do Rio⁸, estas espécies estão sendo extintas por causa da expansão do Porto de Itaguaí, que tem aumentando o número de navios na Baía e forçado os pescadores a trabalharem em uma área menor. Além disso, as indústrias estão afetando a saúde dos moradores que residem próximo a essas empresas, que passaram a ter problemas respiratórios por conta dos resíduos liberados pelas fábricas.

⁸ Os botos cinzas são símbolos da cidade e estão presentes na bandeira há 120 anos.

Na atualidade alguns fatores justificam a crescente ocupação da Zona Oeste: O quantitativo de espaços “vazios” em comparação com outras regiões da cidade e o dinamismo imobiliário que vem se desenvolvendo nos últimos anos. Porém, a razão mais expressiva de impacto nas recentes ocupações na região são as obras de infraestrutura de transporte e de instalações esportivas para as Olimpíadas de 2016. Aliás, as remoções começaram nas obras para o Pan Americano 2007 e se intensificaram ainda mais com as obras para os Jogos Olímpicos, com a construção do Parque Olímpico e da TransOlímpica. As famílias que residiam nestes lugares foram removidas principalmente para os conjuntos habitacionais construídos na RA de Campo Grande.

Diante disso, é interessante destacar que a maioria destas famílias possuem renda baixa e residiam em espaços onde não havia, inicialmente, interesse referente à especulação imobiliária. Porém após reformas e construções, essas áreas passam a ser supervalorizadas e não beneficiam as famílias que ali moravam, e sim aqueles que conseguem arcar com os custos do espaço revitalizado. Ao mesmo tempo o poder público incentiva a ocupação das áreas periféricas da cidade que recebem esse grande contingente populacional que são uma nova fronteira de especulação do capital para o setor imobiliário

Os dados do Instituto de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro⁹ revelam que os maiores índices de homicídio concentram-se na Baixada Fluminense e na Zona Oeste, regiões atualmente controladas predominantemente por grupos paramilitares, que são alvos de denúncias e investigações pelo setor público.

A legitimação da soberania desses grupos privados em territórios cada vez mais vastos do Rio de Janeiro e de outros estados brasileiros decorre, como foi dito, da sua capacidade de manter o monopólio da força e, desse modo, ordenar o cotidiano social. Além disso, a partir de seu poder, eles criam as condições objetivas para que alguns moradores se sintam liberados para não respeitarem algumas normas básicas da vida social e urbana, tais como o pagamento de taxas e impostos, o respeito aos limites de ocupação dos espaços públicos, a obediência a regras de construção normatizadas pelo Estado etc (SILVA, 2012, p.89).

De acordo com o Jornal Extra, todos os condomínios da Faixa 1 do Programa Minha Casa Minha Vida (PCMV)¹⁰, destinada aos mais pobres, são alvos destes grupos no município do Rio de Janeiro. Em algumas unidades do PCMV inauguradas no bairro de Cosmos, os moradores foram recebidos com o símbolo destes grupos paramilitares. Assim é

⁹ Dados disponíveis em: <http://www.isp.rj.gov.br>.

¹⁰ É um financiamento criado pelo Governo Federal para atender as famílias de classe baixa e média, com renda de no máximo 10 salários mínimos.

feita a “segurança” na maioria dos bairros da Zona Oeste, que deveria ser obrigação do Estado.

Figura 3 - Muro com o símbolo de um grupo paramilitar em uma unidade do Minha Casa Minha Vida no bairro de Cosmos



Fonte: Jornal Extra

A cidade do Rio de Janeiro sofreu muitas mudanças nos últimos anos. A Zona Oeste foi sem dúvidas a região mais impactada com essas obras de regeneração da cidade, principalmente na Barra de Tijuca. No entanto, a R.A de Campo Grande também está sentindo as influências da especulação imobiliária, pois com a valorização de alguns pontos da cidade, algumas famílias de classe média estão sendo obrigadas a mudarem para locais mais afastados por não terem condições de arcar com o preço do aluguel. Da mesma forma, em que está sendo criados diversos condomínios do Minha Casa Minha Vida na região.

2.3 A REGIÃO ADMINISTRATIVA DE CAMPO GRANDE

A XVIII Região Administrativa da cidade do Rio de Janeiro está inserida na Zona Oeste da Cidade do Rio de Janeiro e compreende os bairros de Santíssimo, Senador Vasconcelos, Inhoaíba, Cosmos e Campo Grande. De acordo com o Censo do IBGE de 2010, a RA de Campo Grande conta com uma população residente de 542.084 habitantes, sendo segunda região mais populosa do município¹¹.

¹¹ Apenas atrás de Jacarepaguá que tem 572.030 habitantes e também pertence à Zona Oeste da cidade.

A ocupação deste território ocorreu de forma desordenada, como em quase toda a Cidade. O desenvolvimento urbano de Campo Grande se iniciou com a implementação da Estrada de Ferro D. Pedro II em 1878, que conectava a região com a Região Central da cidade (ANTUNES, 2010, p.110). Em 1915, a frota de tração animal foi substituída pela elétrica. Isto fez com que se desenvolvesse um centro comercial em Campo Grande que ainda nos dias de hoje prospera, e em razão disso a região exerce uma centralidade na Zona Oeste. Assim, ao final do século XIX, ocorre um aumento do crescimento populacional da região, porém com pouca infraestrutura urbana, mas servida por um ramal da linha de trem.

Ao longo da história, a região de Campo Grande sofreu diversas transformações. Inicialmente, a principal atividade econômica da localidade era a produção de cana de açúcar, em seguida plantação de café e no início do século de XIX a citricultura. Esta última foi à atividade mais expressiva da região, que a redeu o título de Capital Rural do Distrito Federal (RODRIGUEZ, 2012, p.3), conhecida como “Citrolândia” e “Império da laranja”.

Figura 4 - Escultura em referência a produção de laranja, localizada no centro comercial de Campo Grande



Fonte: As histórias dos monumentos do Rio

Entre a década de 30 e 40, Campo Grande foi junto com a Baixada Fluminense uma das maiores produtoras de laranja do país, importando principalmente para a Europa e Estados Unidos. A região tinha o cenário propício para estas plantações, possuía solo fértil e um

terreno de grande extensão. Este período contribuiu significativamente com o aumento da população do bairro, em razão do crescimento das ofertas de trabalho na região.

Durante a Segunda Guerra Mundial, ocorreu a decadência da importação destes produtos, porque os países que importavam a laranja brasileira se voltaram para produção bélica. Ao mesmo tempo, uma praga atacou os laranjais que encareceu o custo da produção, por não haver mão de obra especializada e tratamento adequado do solo. Após isto, há o incremento da especulação imobiliária na região, através da venda de terras. O crescimento da citricultura favoreceu a existência de uma classe média erradicada naquela área, de comerciantes e de ex-proprietário de chácaras, que dividiram as suas terras e transformaram em lotes para autoconstrução (RODRIGUEZ, 2012, p.4).

Por se tratar antes de uma área rural, os preços dos loteamentos eram mais acessíveis em comparação a outros lugares da cidade. Aliás, a região já dispunha de serviços (escolas, hospitais e comércio), que atendiam a demanda da população da zona rural. Assim, com o esvaziamento das indústrias na área Central, atraídas pelos terrenos de baixo custo e incentivadas pela isenção de imposto dada pelo Estado, as freguesias suburbanas iniciaram o seu desenvolvimento. Neste cenário, a produção industrial começou a atrair trabalhadores provenientes da atividade agrícola. A população de Campo Grande cresceu 68% entre 1906 até 1920 (RODRIGUEZ, 2012, p.3).

A criação de um distrito industrial entre os bairros de Campo Grande e Santa Cruz contribuiu para a geração de empregos e conseqüentemente aumentou a população desta área. Grandes empresas se instalaram na região, como a siderúrgica Cosigua-Gerdau, a fábrica francesa de pneus Michelin e a Valesul, entre outras. Desde então a atividade industrial está aumentando na região.

Na década de 40 iniciou-se a redução gradativa dos transportes sobre trilhos pelo surgimento dos rodoviários, seguindo a lógica capitalista. A criação da Avenida Brasil em 1946 permitiu um maior desenvolvimento industrial na região (RODRIGUEZ, 2012, p.3). Esta é a principal Via Expressa da cidade, que liga o município com a BR-101 Norte (Ponte Rio-Niterói e Rodovia Rio-Vitória/Niterói-Manilha) à BR-101 sul (Rodovia Rio-Santos). A Avenida Brasil disparou na década de 50 com a chegada da indústria automobilística ao país. Contudo, iniciou-se o incentivo ao transporte viário, passando a servir também para os trabalhadores que se deslocavam para o Centro.

Os ganhos do setor imobiliário nas áreas de expansão urbana foram patrocinados pelo Estado, especialmente, pela abertura de grandes eixos viários, o que permitiu o

fácil acesso da população. A circulação mais eficiente dos meios de transporte contribuiu para ocupação de espaços antes desvalorizados, por se localizarem distantes do centro urbano (RODRIGUEZ, 2012, p.8).

Durante a década de 60, em Campo Grande e nas proximidades foram implantados quatro conjuntos habitacionais pela Companhia Estadual de Habitação do Rio de Janeiro. Este programa habitacional incentivou o crescimento expressivo da região e intensificou ainda mais os problemas de infraestrutura urbana existentes (RODRIGUEZ, 2012, p.7).

“É importante destacar que o aumento da população e o estoque de terras nestas áreas ainda não valorizadas pelo mercado formal propagaram invasões, loteamentos ilegais e parcelamentos clandestinos, com serviços urbanos escassos ou inexistentes. Diante disso, é inevitável citar a importância dos programas habitacionais do Governo Federal na produção do espaço das cidades brasileiras. Assim, em 1964, deu-se início às políticas públicas de geração de habitações para classe de baixa renda como parte do Plano Nacional de Habitação e a ampliação do crédito imobiliário através do Banco Nacional da Habitação – BNH (BIENENSTEIN, 2001). Além da produção de habitação, o BNH investiu em melhorias e implantação de saneamento, eletricidade, pavimentação e construção de estradas.”(RODRIGUEZ, 2012, p.7)

A criação desses conjuntos habitacionais e o aumento de acessibilidade no local propiciaram que os grupos de maior poder aquisitivo se movessem para lugares mais distantes a procura de atrativos, como sítios. Este fato permitiu uma maior distribuição de espaços habitados por uma mistura de grupos sociais e também o setor imobiliário se expandisse em várias direções (RODRIGUEZ, 2012, p.8).

No final da década de 60, ainda no Estado Guanabara, criou-se o movimento pela emancipação de Campo Grande. O então governador, Francisco Negrão de Lima, promulgou a Lei 1627/68 reconhecendo a localidade de Campo Grande como cidade. Entretanto, esta lei não foi exercida e não se sabe por qual motivo. Esta ideia de emancipação de Campo Grande ainda é muito presente nos dias de hoje. Em 2000 foi criado um projeto de lei de autoria do deputado Albano Reis, que visava à criação do município da Zona Oeste, através da emancipação dos bairros de Santa Cruz, Campo Grande, Bangu e Deodoro. Uma das justificativas para este projeto de lei era a ligação destes bairros, que poderia gerar uma união e uma independência do município do Rio de Janeiro. E também afirmava que o fato de os bairros estarem vinculados ao município causava uma dispersão da receita gerada na região, causando perdas significativas aos trabalhadores e moradores desses locais (OLIVEIRA, 2014, p.61).

O desenvolvimento urbano de Campo Grande em termos de acessibilidade está conectado à cidade através de três vias de acesso: o ramal Santa Cruz da Supervia, a Avenida Brasil e a Avenida Cesário de Melo que junto com a Avenida Santa Cruz formavam a antiga Estrada Real de Santa Cruz. Em 2014, foi inaugurado o BRT TransOeste, que liga a região a Barra da Tijuca. Porém após a inauguração do BRT, algumas linhas de ônibus que circulavam dentro da RA de Campo Grande foram extintas e também há uma estação que não foi inaugurada até hoje, como é o caso da Estação BRT Maria Tereza que nunca foi utilizada. Esta estação tinha o objetivo de encurtar o tempo da viagem até a Barra e custou 1,5 milhão aos cofres públicos. Entretanto, nem ao menos aparece no site do Consórcio BRT.

Figura 5 - Moradores protestando em frente à Estação de BRT abandonada em Campo Grande



Fonte: Jornal Extra

A RA de Campo Grande está a aproximadamente 50km de distância da região central da cidade, a distância é maior do que alguns município da Baixada Fluminense, que estão a menos de 30km. Existem poucas opções de transporte que fazem este caminho, apenas o trem e o ônibus. Diante disso, as empresas de ônibus que fazem o trajeto de Campo Grande ao Centro da cidade, extinguiram os ônibus comuns que faziam esta ligação e adotaram os ônibus de tarifa que são extremamente mais caros (R\$16,35). Por outro lado, os trens da Supervia não funcionam de madrugada e exercem um serviço ineficiente para os usuários. São transportes sucateados que funcionam em horários irregulares, mas também acaba sendo o meio de transporte mais rápido e que atende a maior parte da população, principalmente

para aqueles que não podem arcar com os ônibus que fazem o trajeto de Campo Grande ao Centro.

A precariedade do transporte público favoreceu o desenvolvimento de transportes voltados para a mobilidade interna dentro da região, que ligam os bairros próximos com o centro de Campo Grande. Contudo, os transportes viários que circulam em Campo Grande e em seu entorno não conseguem atender o elevado número de pessoas que utilizam os serviços. Em decorrência disso, as condições de deslocamento por esses transportes são extremamente ruins, com frotas de ônibus velhas e ficam superlotadas, principalmente em horários de pico. Por causa da precariedade do transporte regular, o número de vans e kombis aumentaram nos últimos anos na Zona Oeste.

Segundo Lago (2007), a dificuldade de mobilidade, com frotas escassas e mal equipadas, somadas às grandes distâncias contribuem para a ampliação dos serviços de baixa qualidade e para a informalidade. É o que de fato pode ser percebido nessa região. Com a precariedade e insuficiência do serviço de transporte regular, o número de vans e Kombis aumentaram em larga escala na região. No caso da Zona Oeste do Rio de Janeiro, em particular, o aumento dessa opção de "transporte alternativo", além de representar a perpetuação de um quadro de precariedade e degradação dos transportes urbanos, também representa o fortalecimento do poder de organizações criminosas, conhecidas por milícias, uma vez que esse tipo de serviço é controlado por esse tipo de organização na região, alvo de inúmeras investigações feitas pelo poder público.(OLIVEIRA, 2014, p.95).

Considera-se que até a primeira metade do século passado prevalecia um cenário rural na região e durante a segunda metade do século XX é notada a urbanização acelerada. A ocupação desordenada colaborou para a composição de singularidade dos distintos espaços que configuram aquilo que é atualmente Campo Grande. À vista disso, em 1990, Campo Grande teve uma taxa de crescimento demográfico à cima de 20% (IBGE, 200), resultando no aumento de infraestrutura e serviços urbanos no centro desta região (RODRIGUEZ, 2012, P.9). Isto se comprova com a construção West Shopping em 1997, que aqueceu o setor imobiliário, em grande parte destinada a as classes médias e altas. Ao mesmo tempo, a criação do primeiro *shopping center* de Campo Grande trouxe impactos positivos para região, como aumento de ofertas de serviços, alargamentos de vias e criação de novas linhas de ônibus (OLIVEIRA, 2014, p.79).

O aumento populacional em Campo Grande tem propiciado o surgimento de novos empreendimentos imobiliários. Condomínios residências e prédios multifamiliares são cada vez mais comuns na localidade para atender principalmente as classes B e C. O mercado imobiliário de Campo Grande tem sido estimulado pela oferta de crédito facilitado e o aumento de investimentos próximos da região (OLIVEIRA, 2014, p.82). Contudo, não apenas

os preços de imóveis que estão atraindo novos moradores, as ofertas de serviços, lazer, educação e emprego estão modificando a dinâmica do local.

Seguindo o dinamismo imobiliário e o adensamento populacional da região, em 2012 foi inaugurado o Park Shopping Campo Grande. Este megaempreendimento está fomentando ainda mais a criação de edifícios comerciais e residências em seu entorno e valorizando os imóveis próximos a ele.

A recente expansão do porto de Itaguaí e a construção do Arco Metropolitano também estão impactando no espaço urbano e nas transformações de Campo Grande. Indústrias estão sendo atraídas para estas áreas, que pela localização próxima ao Porto, estão estimulando o desenvolvimento da economia local (OLIVEIRA, 2014, p.136).

Ao mesmo tempo em que estão sendo criados condomínios para atender as classes médias, Campo Grande também está recebendo imóveis financiados pelo Governo Federal, através do programa Minha Casa Minha Vida. Grande parte destes empreendimentos está na periferia Zona Oeste da cidade, principalmente nas proximidades de Campo Grande.

Como mencionado anteriormente, muitas famílias foram removidas de suas residências, em sua maioria em áreas de extrema valorização imobiliária, para a realização de obras para os Mega Eventos que a cidade sediou nos últimos anos ou então por suas casas estarem em locais de risco. Entre o ano de 2009 e 2015, 22 mil famílias foram reassentadas.¹² No município do Rio, estas famílias foram remanejadas para conjuntos habitacionais do Minha Casa Minha Vida, em grande parte nos bairros de Cosmos e Campo Grande. Entretanto em áreas com estrutura de serviços bem precária desde esgoto a acesso a rede escolar.

Ao mesmo tempo, analisando a RA de Campo Grande, é possível visualizar o crescimento dos setores médios e ampliação de ofertas imobiliárias para atender as classes de altos status na região. Porém, isto intensificou o aumento da busca destes grupos sociais de elevadas rendas por moradias em condomínios fechados em locais privilegiados, em grande parte no centro de Campo Grande. Diante disso, a região está reproduzindo o processo de segregação socioespacial da mesma forma que ocorreu no município, só que em menor escala. Assim, OLIVEIRA considera que :

¹² BBC, 22 de Outubro de 2015.

[...] no caso de Campo Grande, o fortalecimento de seu centro, vem deslocando a população de baixa renda cada vez mais para as zonas periféricas do bairro, não valorizadas e carentes em infraestrutura, ou seja, para o seu não-centro. Estabelecendo assim uma relação entre a prática social e os processos de centralização, descentralização e segregação, conforme apontou Villaça (2001) (OLIVEIRA, 2014, p.90).

Pode se dizer que as recentes políticas habitacionais estão contribuindo para a intensificação da concentração populacional da região. Entretanto, não ocorreram melhorias na qualidade de vida daqueles que lá residem, principalmente dos mais pobres, que continuam segregados nas periferias.

A estrutura espacial de uma sociedade capitalista não pode se dissociada das práticas sociais e os conflitos existente entre classes urbanas. Com efeito, a luta de classes também reflete-se na luta pelo domínio do espaço, marcando a forma de ocupação do solo urbano. Por outro lado, a recíproca é verdadeira: nas cidades capitalistas, a forma de ocupação do espaço tende a condicionar e assegurar a concentração de renda e de poder na mão de poucos, realimentando assim o conflito de classes (ABREU, 2006, p.15).

Assim, através da pesquisa de campo no objeto de estudo foi possível compreender mais a fundo esta problemática, que será relatada no próximo capítulo.

Capítulo 3: O USO DO TEMPO LIVRE E AS PRÁTICAS CULTURAIS DOS MORADORES DO CONDOMÍNIO VIVENDAS DAS ANDORINHAS

Neste capítulo mostro e discuto o método adotado para a sistematização da pesquisa de campo. Primeiramente, para situar o objeto estudado, será tratado das remoções em curso na cidade e também da relação com o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV). Este programa está possibilitando um grande estímulo para o desenvolvimento da construção civil na forma de habitação de caráter social, principalmente para a população mais pobre. Entretanto, é importante observar que estas moradias estão sendo criadas em grande escala e sem oferecer infraestrutura adequada para a população.

Após este debate, será descrita a metodologia utilizada no estudo, com definição de técnicas utilizadas e estratégias para execução do trabalho e critério de seleção de amostras. E finalmente, serão expostos os resultados e percepções obtidos na pesquisa de campo.

3.1 DAS REMOÇÕES PARA O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA

No ano de 2010, o Estado do Rio de Janeiro foi atingido por fortes chuvas, tendo as moradias localizadas nos morros como as principais afetadas, conseqüentemente deixando centenas de mortos e desabrigados. Esta tragédia reacendeu o debate acerca das remoções das favelas, surgindo uma nova discussão sobre a ocupação do solo e do espaço público. O secretário estadual de saúde na época, Sérgio Cortes, defendeu as remoções como algo necessário. Segundo ele, “a palavra remoção tem que voltar ao dicionário. Obviamente (as remoções) devem ser feitas com planejamento, indenizando e levando as pessoas removidas para lugares com infraestrutura, acessibilidade”.¹³ O Globo publicou um editorial na mesma data, também defendendo massivamente a ideia de remoção das favelas:

A tragédia de 2010 tem de ser o marco zero de uma política séria de remoções de moradores de áreas de risco e de pequenas favelas, ainda em condições de ser erradicadas. Não há mais por que manter o preconceito contra remoções, quando é possível fazê-las sem os erros do passado (...). A ficar como está, a próxima catástrofe será maior que a atual, por sua vez mais extensa que as da década de 60, e

¹³ O Globo de 09 de abril de 2010.

assim sucessivamente. O drama se agravará ao ritmo da favelização. É inexorável (O GLOBO, de 09 de abril de 2010).

De acordo com o trecho citado, as remoções deveriam abranger também aquelas favelas que não se enquadram em áreas de risco. Desta forma, se valeram de um acontecimento para legitimar a política de remoção, reforçando-se mais uma vez o objetivo dos governos anteriores, de se criar uma cidade sem favelas, e também do contexto de preparação para os megaeventos em que a metrópole carioca passava (SOARES GONÇALVES, 2012, p 8).

Considerando os possíveis riscos sofridos pelos habitantes da favela, o discurso das remoções sugeria também uma vaga ideia de ameaças ao meio ambiente ocasionadas pelas presenças das favelas. Assim, a Revista Veja, em 14 de abril de 2010, publicou uma opinião, na qual defendia as remoções, através dos impactos econômicos que a presença das favelas gerava na cidade (SOARES GONÇALVES, 2012, p 11):

O Rio, que durante toda a semana chocou o Brasil com imagens dos morros sob escombros, vê-se agora diante de uma questão premente e que jamais foi tratada com real seriedade: está bem claro que a situação das favelas é insustentável. O debate, até então, repousou sob a sombra da demagogia e dos interesses políticos (...). Nos casos em que os moradores chegam a correr risco de vida ou em que a existência de amplas áreas degradadas tem impacto econômico negativo para a cidade, este tipo de ação, sim, se justifica (VEJA, 14 de Abril de 2010).

Neste cenário, os discursos proclamados pela opinião pública sobre as fortes chuvas de 2010, levantaram argumentações sobre as remoções, considerando principalmente a noção de risco. Os jornais cobriram esta tragédia, porém em nenhum momento se debruçaram no debate sobre a ocupação do solo e dos impactos ambientais que ocorreram no processo de urbanização na cidade do Rio de Janeiro. Sendo assim, mais uma vez a discussão se resumiu em relacionar as favelas e seus moradores aos problemas de poluição e degradação urbana (SOARES GONÇALVES, 2012, p 2).

Mais do que eventos climáticos, o desastre no Rio de Janeiro se explica pela sua estrutura social extremamente desigual e como ela define a ocupação do espaço. Os desastres ligados às chuvas mostram a vulnerabilidade estrutural das áreas mais pobres da cidade. Embora as chuvas atinjam a cidade de maneira cíclica, todo novo desastre envolvendo as chuvas é divulgado como uma quebra da normalidade. Por outro lado, os pobres acabam sendo culpados, acusados de ignorar os riscos dos locais onde habitam. À parte o aspecto emocional, os heróis que surgem para salvar as famílias soterradas e algumas promessas políticas vagas feitas pelas autoridades públicas no calor das entrevistas coletivas, o debate político de fundo pouco progride na espera que o verão seguinte não seja tão chuvoso quanto o do ano vigente (GONÇALVES, 2012 p. 12-13).

Dentre os que tiveram os seus imóveis removidos até abril 2012, grande parte recebeu um aluguel social de forma provisória, para que posteriormente eles fossem reassentados em um imóvel do Minha Casa Minha Vida (FAULHABER; AZEVEDO, 2015, p.64.). Como foi o caso, do Condomínio Vivendas das Andorinhas, que recebeu moradores de cinco comunidades de Jacarepaguá: Carioca, Cidade de Deus, Chácara Flora, Santa Maria e São Sebastião.

O Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) foi lançado em 2009 em um contexto político econômico tendo como principal objetivo a redução do déficit habitacional. Além disso, visava diminuir os efeitos da crise internacional de 2008, que havia provocado a quebra de bancos e impactado a economia mundial, e também tinha o intuito de impedir qualquer instabilidade que pudesse ameaçar o segundo mandato do Governo Lula.

O projeto foi criado dentro do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e representou uma mudança nas políticas habitacionais que existiam até então. Assim, o PMCMV possibilitou o acesso à casa própria para uma parte da população que historicamente teve poucas oportunidades de usufruir do mercado formal de imóveis devido à ausência de políticas habitacionais efetivas.

O público-alvo do Programa é separado em três categorias conforme a renda. A Faixa 1 é inicialmente de 0 até 3 salários-mínimos, a Faixa 2 é de 3 até 6 salários-mínimos e a Faixa 3 é de 6 até 10 salários-mínimos. Desta maneira, a forma de acesso pelos possíveis beneficiários para a Faixa 1, que tem subsídio integral, se dá através escolhas das Prefeituras com base em cadastros elaborados a partir critérios de elegibilidade e de priorização.

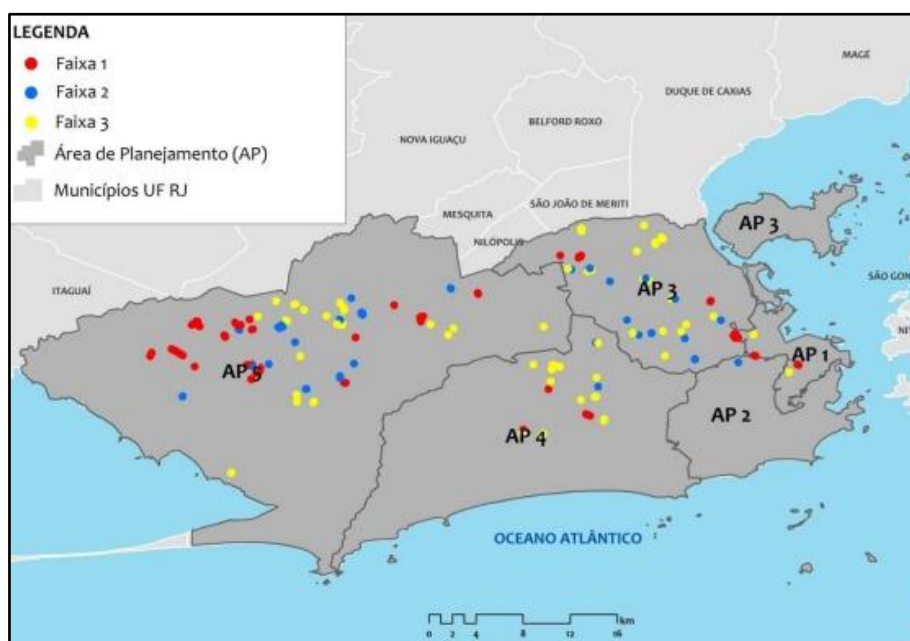
A Faixa 1 tem como mecanismo de centralização de recursos o Fundo de Arrendamento Social - FAR. Já as Faixas 2 e 3 contam com os recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, sendo que a Faixa 2 recebe também subsídio parcial. Os empreendimentos da Faixa 1 são adquiridos pela FAR e repassado aos beneficiários selecionados, enquanto que os das Faixas 2 e 3, os usuários financiam os imóveis juntamente com a Caixa Econômica ou com outro agente financeiro credenciado (CARDOSO; LAGO, 2015, p.56.-58).

Diferentemente de outras metrópoles no Brasil, o Rio de Janeiro concentrou parte significativa do Programa no município núcleo, sobretudo na Zona Oeste da cidade. Segundo Cardoso, Aragão e Araújo: “A escassez de terrenos disponíveis em bairros com melhor infraestrutura e serviços urbanos contribui para uma busca pelas incorporadoras de glebas periféricas para implantar conjuntos habitacionais financiados pelo PMCMV” (CARDOSO; ARAGÃO; ARAÚJO, 2011, p.13). Diante disso, é possível perceber que o Programa não está

presente ou existem poucas unidades nas áreas onde a população tem um maior poder aquisitivo. Sendo assim, optou-se por criar empreendimentos do Programa em regiões onde se tem as menores rendas per capita por habitantes na cidade, que são nas AP.5 e AP.4, respectivamente Zonas Oeste e Norte. A partir disso, é possível afirmar que o PCMV na Região Metropolitana do Rio de Janeiro¹⁴ está reforçando as desigualdades socioespaciais existentes.

Após diversos estudos prévios e críticas sobre tais pontos, verificamos que esse programa promoveu uma nova periferação dos conjuntos habitacionais na cidade; como ocorrido em períodos anteriores e distantes da época dos empreendimentos do Banco Nacional de Habitação (BNH), décadas de 1970s. Destacamos que a periferação atual é a lógica consequência da pouca oferta de terra urbanizada nas metrópoles. Pela grande demanda, os terrenos dessas áreas possuem o valor mais elevado, por conseguinte, a maior parte das unidades habitacionais direcionadas as camadas de baixa renda está sendo construída fora do centro do município (NADER, FERRER, HERMIDA, STELLA e SANTOS, 2015, p.6.)

Figura 6 – Distribuição dos empreendimentos do Minha Casa Minha Vida por Faixa de Renda nas Áreas de Planejamento do município do Rio de Janeiro



Fonte: Observatório das Metrôpoles

Então o que se pode observar é que este tipo de política habitacional está agravando a concentração de renda, a desigualdade social, a periferação e a segregação do espaço urbano. Por isso, na maioria das vezes o problema da moradia tem se limitado à produção

¹⁴ A Região Metropolitana do Rio de Janeiro é composta pelos seguintes municípios: Belford Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaboraí, Itaguaí, Japeri, Magé, Maricá, Mesquita, Nilópolis, Niterói, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, Rio de Janeiro, São Gonçalo, São João de Meriti, Seropédica e Tanguá.

habitacional, sem cogitar elementos sociais e urbanos, se resumindo a uma mera mercadoria colocada à venda no mercado. (LIBÂNIO, 2014, p.7). Ainda assim, esta periferização está ocorrendo em locais sem infraestrutura urbana e serviços nas proximidades.

As áreas urbanas centrais das grandes cidades, acessíveis e providas de melhor infraestrutura, passam a abrigar os usos mais nobres e as atividades de produção mais fortes, incrementando sua ocupação e densidade e empurrando as populações mais pobres para áreas mais distantes. Este processo periférico de crescimento é sustentado pela demanda especulativa: o solo urbano só será acessível à população mais pobre enquanto a ausência ou precariedade da infraestrutura e de serviços sustentam os baixos preços, e é por isso que na medida em que melhorias vão sendo implementadas, os valores do solo urbanizado aumentam, a pressão especulativa se faz notar e o processo de expansão das periferias recomeça. Desta maneira a expansão contínua da mancha urbana se constitui no padrão geral da urbanização brasileira, sustentando e sendo sustentado pela segregação sócio-espacial (NASCIMENTO e TOSTES, 2011, p.5).

Entre os anos de 2009 e 2012 foram inaugurados 49 condomínios do MCMV, nos quais 36 foram destinados para reassentamentos e apenas os outros 13 foram usados por aqueles inscritos no cadastro para sorteio (AMORE et al, 2015,p.78). No entanto, o que se percebe é uma falta de empreendimentos ligados ao Programa nos centros mais dotados de infraestrutura, tendo em vista um crescimento massivo, sobretudo nos bairros da Zona Oeste (CARDOSO et al, 2013, p. 3-4).

Assim como observado no caso dos empreendimentos habitacionais de interesse social implantados na Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro, as áreas que concentram os novos empreendimentos populares, definidas pelo setor privado como novos vetores de expansão da cidade, são majoritariamente dispostas em localidades distantes dos centros e subcentros urbanos e muitas vezes não dispõem de infraestrutura para atender a essa nova e numerosa demanda populacional, corroborando para a chamada “periferização da habitação de interesse social” (...) o Programa Minha Casa Minha Vida, o qual intenta reduzir o déficit habitacional ao mesmo tempo em que intensifica o processo de segregação social, trazendo forte impacto na dinâmica de estruturação das metrópoles brasileiras e também sobre as demandas históricas de moradia das camadas populares (CARDOSO, ADAUTO, ARAÚJO e JAENISCH, 2013, p. 58).

Muitas destas moradias foram criadas em áreas de crescimento urbano, com acesso limitado aos transportes públicos e com serviços insuficientes para atender a nova demanda. Além disso, são afastados dos centros com ofertas de serviços, empregos e comércios (JAENISCH, 2014, p.4).

A maioria das famílias reassentadas saiu de regiões mais próximas ao seu trabalho e vieram morar na Zona Oeste. O Programa que tinha uma proposta de inclusão social, através de moradias adequadas, se transformou, principalmente no Rio de Janeiro, mecanismo de segregação socioespacial. Assim, a Prefeitura da cidade utilizou o PMCMV para remover

estas famílias de forma involuntária dos seus lugares de moradia, usando como justificativa os desastres naturais e obras de urbanização para atender megaeventos (Copa do Mundo 2014 e Olimpíadas 2016). Seguindo esta lógica, estas remoções propiciam o investimento do capital privado em áreas privilegiadas, simultaneamente evidenciando que o lugar do pobre é na periferia, em locais desconectados com o restante da cidade e que apresentavam deficiências na oferta de equipamentos e de serviços urbanos.

Neste mesmo viés de mercantilização da moradia, se sobressai a gestão da cidade, que passa a ser realizada tal como uma empresa. Esta cidade-empresa se reflete no caso da cidade do Rio de Janeiro onde, associado às transformações do setor produtivo, destaca-se a realização de mega-eventos (Copa do Mundo e Olimpíadas) como elemento de impulsão do mercado imobiliário, exercendo influência no deslocamento de população no ambiente intraurbano através da gentrificação de áreas destinadas a grandes equipamentos urbanos e do reassentamento de populações de baixa renda para empreendimentos construídos a partir dos novos programas habitacionais de interesse social, localizados majoritariamente na franja urbana. (CARDOSO, ADAUTO, ARAÚJO e JAENISCH, 2013, p. 56-57).

Atualmente o Rio de Janeiro é a cidade mais cara em preços de imóveis do Brasil¹⁵. A rápida valorização imobiliária do município nos últimos anos ocorreu principalmente por causa das obras de reestruturação urbana em curso e também por conta da realização dos grandes eventos na cidade (FAULHABER, AZEVEDO, 2015, p.15). As ações da gestão municipal anterior, juntamente com os governos federal e estadual, reforçaram ainda mais o padrão centro-periferia. Da mesma forma que estes atos submetem uma parte da população aos árduos processos de deslocamentos compulsórios, decorrente de desapropriações e remoções, como as que ocorreram para implantação do Porto Maravilha e nas construções dos corredores viários do BRT (FAULHABER, AZEVEDO, 2015, p.17).

De fato, vê-se que a configuração do território e a distribuição desigual de oportunidades e serviços têm especial importância nas grandes cidades, onde ao mesmo tempo se concentram indivíduos muito desiguais entre si (cultural, econômica e socialmente) e se dispersam os locais de moradia e trabalho. É a partir dessa perspectiva que se introduzem as variáveis fundamentais de mobilidade e acessibilidade nas grandes cidades, que podem contribuir para aumentar ou reduzir as distâncias sociais entre os indivíduos e grupos (LIBÂNIO, 2014, p.2).

Assim, quando um espaço urbano é dotado de infraestrutura o seu preço aumenta, tornando-se inacessível para classes mais baixas.

Se, por um lado, tem havido melhorias nas condições de moradia nas cidades, é fundamental destacar que, por outro, o processo de metropolização e integração vertical das cidades globais tem gerado consequências no sentido do agravamento

¹⁵ Revista Exame, 30 de dezembro de 2014.

das desigualdades socioterritoriais e da segregação nos grandes centros. Nessa perspectiva, é preciso objetar que o processo de urbanização é mais amplo: é possibilitar o acesso à cidade, o pertencimento, a participação. Além de infraestrutura e equipamentos coletivos, engloba o direito aos serviços, lazer, cultura, à tomada de decisões, participação política e construção simbólica. Enfim, é um processo de construção da cidadania. Adotada esta concepção, pode-se dizer que o acesso à cidade é restrito a uma parcela da população, sendo, portanto, apenas virtualidade para a grande maioria, em especial classes populares urbanas, moradores de favelas e periferias (LIBÂNIO, 2014, p.4).

Posto isto, compreenderemos mais esta dinâmica na pesquisa de campo do objeto de estudo, que será tratado a seguir.

3.2 METODOLOGIA E ANÁLISE DE CAMPO

A motivação para esta pesquisa surgiu do meu questionamento sobre a falta de trabalhos acadêmicos que falassem sobre a Zona Oeste, especificamente abordando consumo cultural das classes menos favorecidas. Esta também foi a maior dificuldade encontrada durante a elaboração desta monografia.

Sentia a vontade de compreender esta lógica recente que está acontecendo ao meu entorno, mas não sabia como me inserir dentro do objeto de estudo. Para isto, entrei em contato com a minha tia, Iris Maria, que me apresentou a sua amiga, a agente comunitária Rosimeire. Esta pessoa foi essencial para que o trabalho em questão se concretizasse, pois ela conhecia cada indivíduo pelo nome e as suas histórias. Através da Rosimeire, eu consegui entrar na casa de alguns moradores e conversar com elas de maneira informal. Seria até possível entrevistar mais pessoas, porém a pesquisa em questão se estenderia para muito além do planejado.

Como dito anteriormente, este estudo procurou compreender os hábitos e práticas de consumo cultural dos moradores do Condomínio Vivendas das Andorinhas, localizado no bairro de Cosmos. Desta forma, foi empregado um método de pesquisa qualitativo, no qual se pautou pela imparcialidade. Sobre esta metodologia, Gilberto Velho compreende que “a observação participante, a entrevista aberta, o contato direto, pessoal, com o universo investigado constituem sua marca registrada” (VELHO, 1978, p.123).

Tendo em vista o enfoque descritivo como base deste estudo, fez-se o uso de técnicas padronizadas de coleta de dados, tais como: pesquisa bibliográfica, a partir de materiais já produzidos, principalmente livros e artigos científicos, a observação participante e a entrevista

com profundidade. Além disso, algumas conversas foram gravadas através do celular e as visitas foram registradas através de fotos.

Em um primeiro momento foi feito um levantamento das informações sobre os moradores por meio de contatos com a agente comunitária Rosimeire, da Clínica da família Valdecir Salustiano Cardozo, que atende o território onde está inserido o condomínio. Desta forma, foi explicado o objetivo e a importância da pesquisa, uma vez que não existia algum vínculo pessoal ou outra forma de contato entre a pesquisadora e a realidade empírica.

[...] Nesse caso, optou-se pelo sistema de rede, no qual se busca um “ego” focal que disponha de informações a respeito do segmento social em estudo e que possa “mapear” o campo de investigação, “decodificar” suas regras, indicar pessoas com as quais se relaciona naquele meio e sugerir formas adequadas de abordagem. De um modo geral, as pessoas indicadas pelo “ego” sugerem que se procurem outras ou fazem referência a sujeitos importantes no setor e assim se vai, sucessivamente, amealhando novos “informantes”. Essa é uma alternativa muito utilizada em pesquisas qualitativas e se tem mostrado produtiva. Alguém do meio, a partir do próprio ponto de vista, tem, relativamente, melhores condições de fornecer informações sobre esse meio do que alguém que observa, inicialmente de fora (DUARTE, 2002, p. 142-143).

Elaborado e determinado o embasamento teórico crítico sobre as diretrizes e os objetivos da pesquisa, iniciou-se a observação com a primeira visita no Condomínio Vivendas das Andorinhas no dia 22 de janeiro de 2017. Durante o mês de fevereiro de 2017, foram realizadas visitas semanais no local e também foram feitas as entrevistas com os usuários do PCMVC, a partir de um roteiro semiestruturado contendo 18 perguntas elaboradas pela pesquisadora. Esta técnica é uma forma de interação social, que possibilita que o pesquisador obtenha informações a partir do que o entrevistado sabe.

Para Queiroz (1988), a entrevista semi-estruturada é uma técnica de coleta de dados que supõe uma conversação continuada entre informante e pesquisador e que deve ser dirigida por este de acordo com seus objetivos. Desse modo, da vida do informante só interessa aquilo que vem se inserir diretamente no domínio da pesquisa. A autora considera que, por essa razão, existe uma distinção nítida entre narrador e pesquisador, pois ambos se envolvem na situação de entrevista movidos por interesses diferentes (DUARTE, 2002, p.147).

Quanto ao questionário, apresentarei os pontos que eu considero mais relevantes para este trabalho, mas não necessariamente na ordem em que foram perguntadas. Desta forma, optei por utilizar gráficos em algumas respostas para criar fluidez na apresentação e facilitar o entendimento dos dados obtidos. Assim, temos como a primeira informação o nome dos participantes da pesquisa:

Quadro 1 – Nome dos Participantes¹⁶

Nº	Entrevistados
1	FLA
2	JEF
3	DUL
4	RO
5	PA
6	TA
7	JUR
8	MA
9	ED
10	JA
11	CA
12	VE
13	GI
14	JUL

Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

Assim, entrevistaram-se 14 moradores, compreendidos na faixa etária entre 24 e 64 anos, que foram aprestados a mim através Rosemeire. A preferência por esta faixa etária se justifica pelo de fato de que nela é possível identificar um número maior de participantes com atividade geradora de renda, logo com um maior potencial de consumo. Algumas entrevistas ocorreram dentro do apartamento dos próprios moradores, já outras aconteceram na área de convivência comum.

Quadro 2 : Perfil Etário dos Participantes

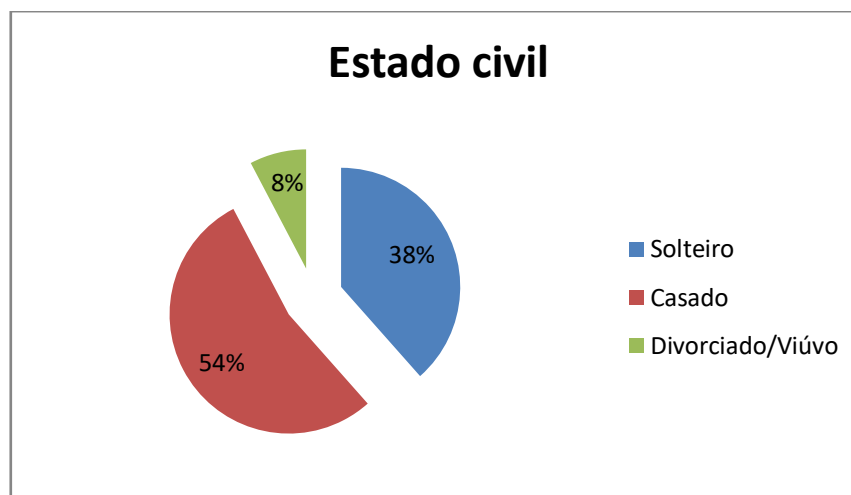
Faixa Etária	Masculino	Feminino
24 a 29 anos	0	4
30 a 39 anos	3	1
40 a 49 anos	0	1
50 a 59 anos	2	1
60 a 64 anos	1	1
Total	6	8

¹⁶ Nesta pesquisa serão utilizados nomes fictícios, pois procurei preservar ao máximo a identidade de todas, com a intenção de correr o menor risco possível de exposição.

Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

Foi perguntando também o Estado civil dos participantes, desta forma, 54% dos entrevistados responderam serem casados, enquanto que 8% disseram já terem sido casados em algum momento da vida. O que reflete na pergunta seguinte que é “na sua casa moram quantos no total?”. Mesmo os que se disseram solteiros dividiam o apartamento com alguém.

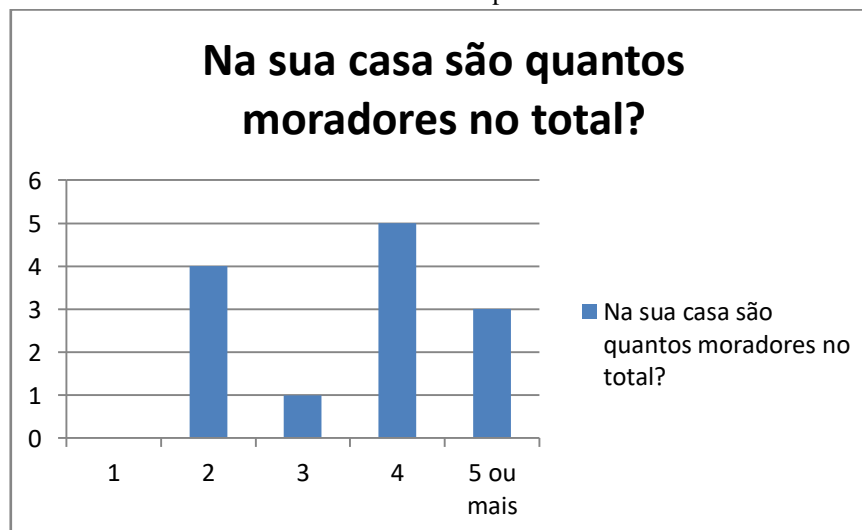
Gráfico 1 – Estado civil dos participantes



Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

Segundo o gráfico é possível perceber que os apartamentos dos entrevistados abrigam pelo menos dois moradores, sendo a maioria composta por 4 ou mais pessoas. Inclusive o morador RO me contou que em sua casa residem 10 pessoas.

Gráfico 2 – Habitantes por residência



Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

O quadro a seguir apresenta as respostas obtidas quando perguntado aos participantes sobre como utilizam o tempo livre, ou seja, o que eles costumam fazer quando não estão nem estudando ou trabalhando.

Quadro 3: Uso do Tempo Livre dos entrevistados¹⁷

O que você faz no seu tempo livre?
JUR - Palavras cruzadas, assisto TV e frequento reunião do Alcoólicos Anônimos.
JUL – Quando não estou cuidando das crianças, fico no bar. (que é dentro da casa da entrevistada)
VE – Vou para Igreja.
MA – Eu durmo.
CA – Vou ao teatro ou passear com o meu filho.
GI – Vou para Igreja ou fico com os meus filhos em casa.
JA – Faxina na casa.
ED - Estou sempre trabalhando, não tenho tempo livre.
TA – Olho os meus filhos e assisto TV.
PA – Vejo TV.
FLA– Jogar futebol, vou para o bar beber e dançar forró.
JE- Jogar futebol.
RO– Dormir.
DU– Passear pelo Calçadão de Campo Grande.

Fonte: Pesquisa de Campo, 2017.

A análise das respostas no Quadro anterior permite perceber que o uso do tempo livre dos entrevistados está relacionado com o contexto que eles estão inseridos. Assim, percebe-se que a escassez de alternativas de lazer influencia nos hábitos destes moradores e principalmente na preferência destes por práticas domésticas.

Importante ressaltar que eu sempre morei no bairro onde está localizado o Condomínio e reconhecia alguns problemas no lugar em questão. Entretanto, os primeiros momentos de campo foram surpreendentes para mim, pois a partir de conversas informais com os moradores pude compreender ainda mais a realidade na qual estava imersa.

¹⁷ As respostas foram transcritas exatamente como os entrevistados responderam.

Assim, volto ao problema de Da Matta, para sugerir certas complicações. O que sempre vemos e encontramos pode ser familiar mas não é necessariamente conhecido e o que vemos e encontramos pode ser exótico, mas até certo ponto, conhecido. No entanto, estamos sempre pressupondo familiaridades e exotismos como fontes de conhecimento ou desconhecimento, respectivamente (VELHO, 1978, p. 126).

Neste ponto, devo também mencionar as minhas impressões ao realizar trabalho de campo no Condomínio. As minhas visitas ocorreram sempre na parte da manhã e em todas eu fui acompanhada da Rosimeire. O lugar em questão está localizado ao final de uma rua, no qual a pavimentação só vai até o portão deste empreendimento. Bem em frente há uma igreja evangélica, que estava aberta em todas as visitas e inclusive havia moradores do condomínio frequentando.

Chegando lá, eu me deparei com especificidades que parecem circular no local em comparação com outras construções deste tipo que eu conhecia até então. A primeira impressão foi a vegetação bastante crescida ao entorno do condomínio. Além disso, era possível notar a presença de lixos no chão, na parte externa e de uso comum. Alguns entrevistados contaram que a COMLURB não estava entrando no condomínio para recolher os lixos.

Na primeira visita fomos por volta das 10 horas e visitamos inicialmente o bloco 1, onde se encontravam duas adolescentes na calçada conversando. Rosemeire perguntou se uma Senhora estava em casa. Após a resposta afirmativa, nos dirigimos até a residência desta pessoa. Neste deslocamento, foi possível notar que nos corredores deste bloco estavam tomados por varal, bicicletas, armários, etc. Era como se fossem extensões dos apartamentos, que também foi possível encontrar a mesma situação em outros blocos também visitados.

Figuras 7 e 8 – Um dos corredores do Condomínio Vivendas das Andorinhas



Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

O condomínio escolhido possui uma única via de acesso. É composto por 120 apartamentos, divididos em 17 blocos, com 12 apartamentos e um bloco com 8 apartamentos. Cada moradia possui dois quartos, uma sala, um banheiro, uma cozinha e uma área de serviço. Além disso, o condomínio possui áreas de uso comum, sendo elas, calçadas e um playground (área de lazer) destinado às crianças.

De acordo com os dados da Secretaria Municipal de Saúde, neste local residem 271¹⁸ famílias, contendo um total de 863 moradores¹⁹, que vieram em sua maioria das comunidades Cidade de Deus, São José Operário e Barão. Eles ganharam os apartamentos do PCMV devido às enchentes em 2010. Entretanto, alguns residentes não se adaptaram ao local e voltaram para as suas antigas casas ou alugaram a moradia recebida. Outros venderam seus apartamentos, apesar de correrem o risco de perdê-los, pois os moradores só recebem a documentação de proprietários após 10 anos.

¹⁸ Dentre as quais, 150 famílias recebem o benefício do Programa Bolsa Família.

¹⁹ Dados obtidos em Março de 2017.

Figura 9 – Fachada do Condomínio Vivendas das Andorinhas



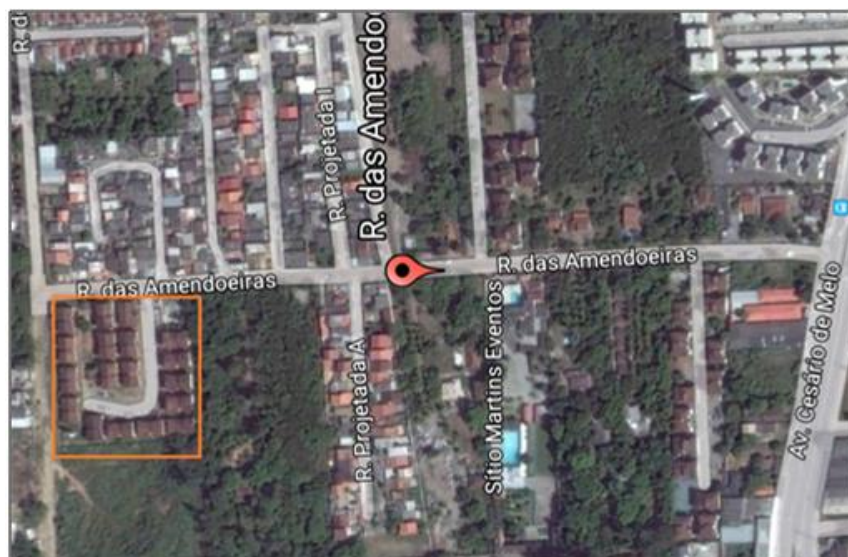
Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

Durante a entrevista com os moradores, um assunto surgiu com frequência, que foi a mudança no estilo de vida das pessoas que residem naquele território. Antes, a maioria morava em casas, que não tinham que seguir regras coletivas, diferentemente da vida em condomínio. A moradora CA relatou que com frequência os vizinhos jogam lixo no chão, pegam as lâmpadas dos corredores para colocar na residência e escutam música alta independente do horário.

Ainda assim, conversando com a agente comunitária Rosimeire, me foi informado que inicialmente existia uma taxa para a manutenção do empreendimento. Porém, a maioria dos moradores se recusou a custear, da mesma forma ocorreu com a taxa cobrada pelo gás encanado. Outro fator que dificulta esta situação, é que até então, o condomínio estava sem síndico. Ao longo das entrevistas, alguns moradores disseram que costumavam contribuir com a taxa de condomínio, mas a pessoa que exercia a função de síndico ficava com o valor e não utilizavam para a finalidade a qual foi destinado. Além disso, os moradores recebem tarifa social, que é um desconto concedido pelo Governo Federal na tarifa de gás encanado e energia elétrica.

O principal acesso para o Condomínio Vivenda das Andorinhas é próximo a uma grande avenida (Av. Cesário de Mello), onde logo em frente se tem uma estação de BRT e também passam vans. A estação de trem mais próxima fica a 20 minutos de caminhada.

Figura 10 – Vista aérea do entorno do conjunto analisado



Fonte: Google Earth, 2017. Modificado pela autora.

É relevante destacar que na mesma rua (R. das Amoreiras) deste conjunto habitacional estão sendo construídos mais dois empreendimentos, porém voltados para as classes médias. O Condomínio Naturalis Residencial e Park Real Resort, ambos dotados de áreas de lazer interna, com piscinas e academia.

Nas proximidades do condomínio analisado, notou-se a ausência de áreas comerciais, gerando assim serviços informais. Em uma das moradias visitadas, durante a pesquisa de campo, observou-se que um dos moradores utilizou a residência como comércio para suprir esta necessidade, ao mesmo tempo em que também é a moradia dele. Porém, existem outros comércios neste molde pelo empreendimento.

Figuras 11, 12 e 13 – Comércio em uma das moradias do Condomínio Vivendas das Andorinhas



Fonte: Pesquisa de Campo, 2017.

É interessante dizer que o comércio construído dentro do condomínio, não tem nenhuma relação com o entorno. Foi criado apenas para atender o mercado consumidor interno. Isto ocorre pela existência de muros que delimitam esse empreendimento, estabelecendo uma separação do tecido urbano, fazendo este comércio restrito entre os moradores (SANTOS et al., 2015, p.6).

Quanto a equipamentos públicos, há escolas municipais e uma clínica da família nas proximidades. Durante a visita ao conjunto habitacional também foi observada a existência de uma quadra poliesportiva na área externa ao condomínio. Na entrevista, tomei conhecimento de que uma moradora do entorno “responsabiliza-se” pela quadra. Assim, todos os dias a moradora abre a quadra na parte da manhã e fecha durante a noite, sendo que este equipamento a única forma de que as crianças usam para passar o tempo livre.

A moradora em questão me informou que há alguns anos atrás existia um projeto com o governo do estado, no qual ocorriam atividades na quadra, justamente com os jovens residentes no Condomínio Vivenda das Andorinhas. Porém por falta de recursos o projeto acabou, e estas pessoas ficaram sem nenhuma atividade.

Eu abro às 10 horas e fecho 23 horas. Se não minha, filha, não tinha aquilo ali não. Não existia a grade, nem a tela. (...) Se eu passo do horário de abrir, eles me chamam: “Dona DAL a senhora não vai abrir a quadra não, por favor?”

Quando eu a perguntei se ocorria alguma atividade naquela quadra, ela me informou que no ano passado, utilizavam para capoeira. Anteriormente também existiu um projeto da Secretaria de Esporte e Lazer, mas que por falta de recursos acabou.

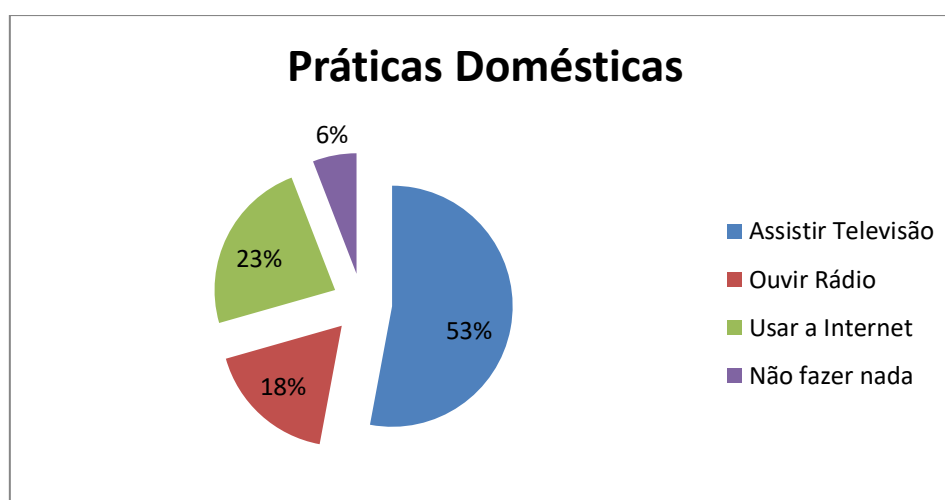
Tinha um rapaz, que dava aula de capoeira naquele espaço. Ele é lá de Santa Cruz, é voluntário, dava aula para umas 12 crianças ali do condomínio. (...) Antes tinha aquele projeto ASCAGEL, da Secretaria de Esporte e Lazer do Governo do Estado. Eu trabalhei neste projeto, com mais duas pessoas e tinham 134 crianças inscritas ali no futsal. Era segunda e quarta 14h e 20h. E ali as crianças tem muita dificuldade financeira. Eu trabalhei durante 1 ano e 6 meses e daí o projeto acabou e as crianças ficaram sem nada. E as crianças ficam me perguntando: “Tia, quando vai voltar o projeto?” (...) As crianças voltam da escola e depois não tem nada. Ficam aí zanzando na rua, com bambu pegando pipa, jogando bola... Mas ficam muito soltas. Se você vir aqui de noitinha você vai ver quantas crianças ficam soltas aí.

Figuras 14 e 15 – Quadra poliesportiva ao lado do Condomínio Vivenda das Andorinhas



Fonte: Pesquisa de Campo, 2017.

A partir da pesquisa de campo foi possível identificar que as formas de divertimento ou ocupação do tempo livre que predominam entre os entrevistados estavam relacionadas aquelas atividades ocorridas no interior do condomínio, como a prática de ligar os aparelhos de som na residência. Principalmente, aquelas formas de entretenimento ocorrida no espaço doméstico e familiar envolvendo a afetividade e a sociabilidade, como reunir os amigos para “bater papo”. Além disso, verificou-se que o hábito de assistir TV é a mais comum entre os pesquisados, sucedido pelo uso da internet.

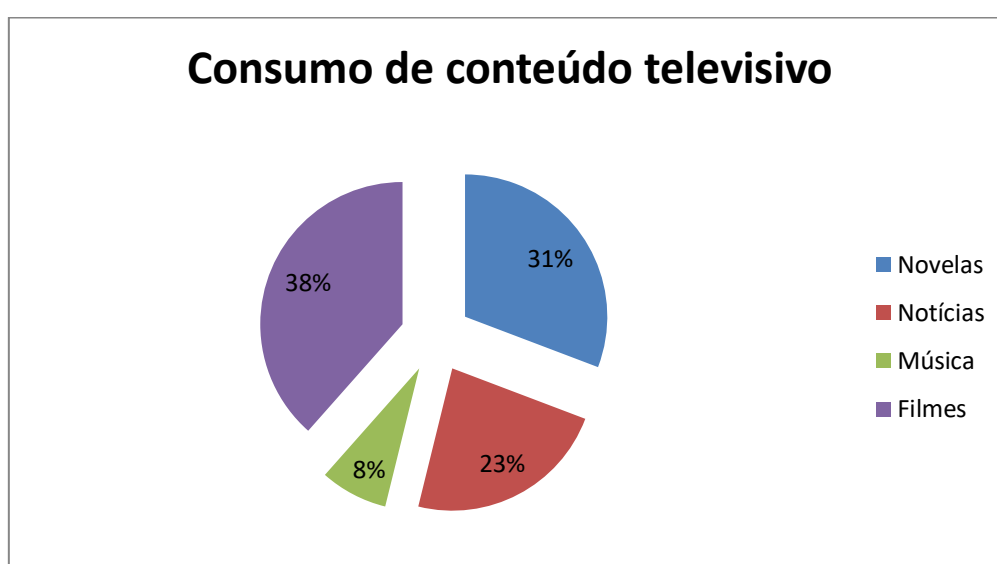
Gráfico 3 – Práticas domésticas mais citadas pelos entrevistados²⁰

Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

²⁰ Esta pergunta levou em consideração mais de uma resposta

Ainda no que se refere ao conteúdo, a TV estimula os indivíduos para um consumo cultural de massa. Em alguns lares pesquisados, foi mencionada a existência de TV a cabo²¹ ou então a presença do Netflix. Contudo, quando perguntados sobre o que mais assistiam na televisão, a maioria dos entrevistados respondeu que a utilizavam para ver Novelas ou Filmes. Este dado é interessante, porque quando perguntados sobre consumo cultural em áreas externas nos últimos meses, a maioria dos entrevistados não havia ido ao cinema.

Gráfico 4 – Consumo de conteúdo televisivo



Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

Neste sentido, se faz necessário trazer outra importante contribuição de Bourdieu:

Apesar de darem a impressão do que possam ser deduzidos diretamente das condições objetivas, uma vez que elas garantem uma economia de dinheiro, tempo e esforços, em todos os casos, pouco rentáveis, as práticas populares têm como princípio a escolha do necessário (isso não é pra nós), no sentido do que é tecnicamente necessário, prático (ou, em outras palavras, funcional), isto é, necessário para se apresentar como deve ser, sem mais nada, e ao mesmo tempo, do que é imposto pela necessidade econômica e social que condena as pessoas simples e modestas a gostos simples e modestos (Bourdieu apud Barbotin, 2014, p.67).

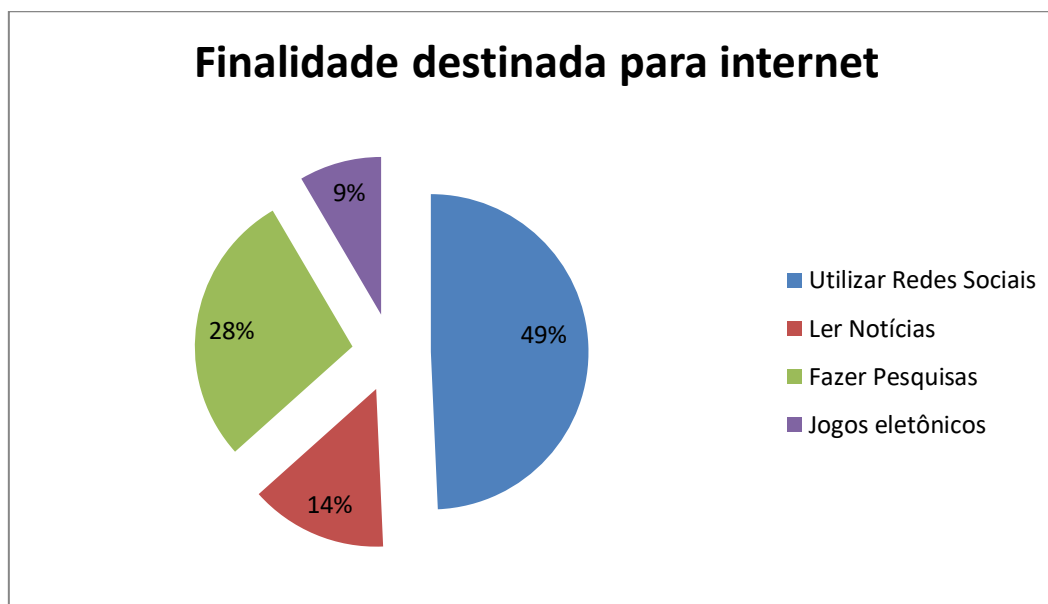
Já no que diz respeito à internet, a maioria dos entrevistados responderam acessar, porém apenas 4 pessoas afirmaram não utilizá-la.²² De acordo com as respostas, a principal forma de acesso dos usuários é pelo celular. Quanto à finalidade destinada para a internet, o

²¹ Observou-se nas casas entrevistadas a presença de TV a cabo clandestina, com um preço abaixo do mercado e sendo uma das fontes de enriquecimento dos grupos paramilitares da região.

²² JU, 63 anos; ED, 53 anos; MA, 55 anos e FLA da Silva, 50 anos.

acesso as redes sociais (Facebook, Whatsapp, Instagram, etc) foi a resposta mais citada pelos participantes.

Gráfico 5 – Finalidade destinada para a internet

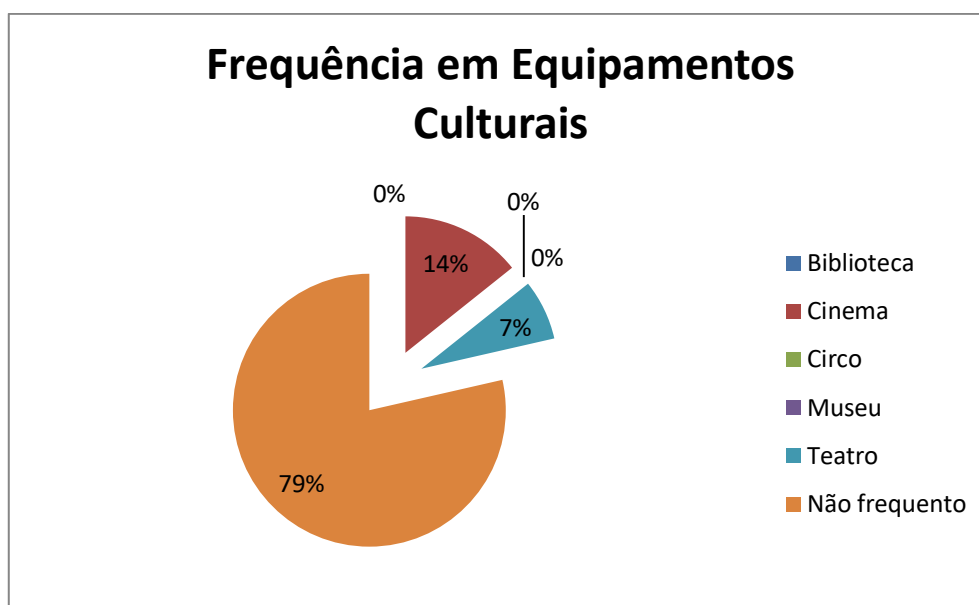


Fonte: Pesquisa de campo, 2017

Ao analisar as práticas e os hábitos culturais dos moradores, pude perceber que a escolha daqueles indivíduos em consumir determinado bem cultural em detrimento de outros, tinha haver com gosto cultural, que é uma construção. Da mesma forma como Barbotin observou em sua pesquisa sobre os moradores de uma comunidade periférica na Paraíba:

Portanto, ao perceber que a posse dos equipamentos e o consumo de bens culturais não representam necessariamente o gosto cultural da pessoa entrevistada ou da família, mas em primeira instância denota algo que pode ser utilizado de maneira funcional – como no sentido de entreter as crianças – ou como algo chega ao domicilio sem nenhum custeio monetário, como as revistas, os jornais e os livros, estes na maioria didáticos, é possível considerar que o gosto cultural do grupo estudado constrói-se de modo a priorizar a função, e mais do que isso, a potencializá-la. Assim, verifica-se a forte influência do gosto de necessidades nas escolhas de equipamentos e conteúdos culturais dos indivíduos aqui investigados (BARBOTIN, 2014, p.65).

Gráfico 6 – Frequência em equipamentos culturais



Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

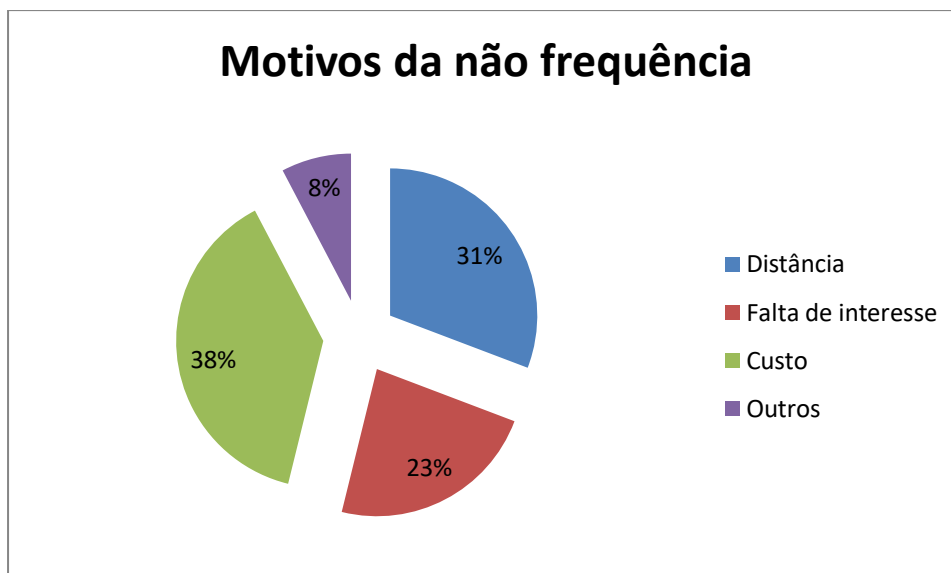
Durante esta pergunta, apenas duas pessoas responderam frequentar algum equipamento cultural. O motorista de ônibus GI, disse que tem o costume de frequentar o cinema por conta dos filhos pequenos e a estilista CA disse que frequentava cinema e o teatro.

CA se definiu como uma pessoa que “caiu de paraquedas no condomínio”. Ela veio de São Paulo para viver com a mãe que morava nas redondezas e viu a oportunidade de alugar a casa de um dos moradores do condomínio que voltara para sua antiga comunidade. Durante a sua entrevista, foi possível notar o incomodo dela em relação aos hábitos dos outros moradores. Outra característica importante a ser ressaltada, é que quando perguntado aos moradores sobre frequência em equipamentos culturais, ela foi a única a responder que tem o hábito de frequentar teatros.

Desta forma, quando perguntados aos outros 12 entrevistados o motivo de não frequentarem estes lugares, a maioria respondeu que o que influencia é o custo. Alguns alegaram está desempregados, já outros que o gasto para levar a família inteira seria muito alto. Como é o caso do morador RO, que em seu apartamento moram 10 pessoas, das quais seis são crianças, e uma delas é a sua enteada, de aproximadamente 15 anos, que estava grávida no dia da entrevista. Ele falou que a única atividade das crianças é ir para escola, depois não há nada para fazer. Nas palavras dele lá falta “uma pista de corrida e uma quadra decente para as crianças brincarem”. Tanto é que durante a visita, as crianças estavam sentadas na sala assistindo um desenho que estava passando na televisão.

O morador JE foi um dos entrevistados que alegaram estar desempregado durante a conversa. Além disso, ele falou que pela região está muito difícil encontrar trabalho e isso é recorrente com outros moradores. Mediante este fato, ele disse que pretende voltar para a sua antiga casa, onde segundo ele, existiam mais opções de transporte, comércio e vagas de trabalho.

Gráfico 7 – Motivos da não frequência



Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

Quando perguntados sobre os reais impedimentos à frequência a atividades culturais os motivos elencados por 38% dos entrevistados responderam ser por causa do custo, 31% alegaram a distância e 23% por falta de interesse. Além disso, o morador JU, de 63 anos, disse que prefere ficar em casa por conta da violência. Ele falou ainda que não costuma sair de casa por medo e que os únicos locais que frequenta são o mercado e as reuniões de Alcoólicos Anônimos, que ocorrem semanalmente em uma igreja próxima.

Posto isto, acredita-se que a preferência a consumo domiciliar está em grande parte relacionado tanto com a maior acessibilidade de produtos eletrônicos quanto aos obstáculos e ameaças da vida urbana, como por exemplo, deslocamento e segurança, como citado por seu JU. Desta forma, Botelho acredita que:

Demonstraram também que a intensidade da vida cultural da população não se caracteriza pelo predomínio de práticas legitimadas, aquelas ditas de elite, com as quais se preocupam os gestores culturais dos equipamentos da cidade (teatro, museus, bibliotecas, por exemplo), mas principalmente pelo recurso a equipamentos e produtos da indústria cultural, sobretudo eletrônicos (BOTELHO, 2005, p. 13).

Nesse sentido, é possível considerar que os bens culturais consumidos pelo grupo aqui investigado tem a funcionalidade de entreter os sujeitos (BARBOTIN, 2014, p.208.). Além disso, o conteúdo cultural consumido por eles nem sempre é resultado do gosto individual, e sim, da forma de obtê-los gratuitamente, o que poderia justificar a preferência da maioria dos entrevistados por práticas domésticas. É relevante destacar também que a falta de espaços de lazer e cultura na comunidade corroboram para que as atividades dentro da residência sejam as mais praticadas por estas pessoas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta monografia procurou analisar as práticas culturais dos moradores do Condomínio Vivendas das Andorinhas, situado no bairro de Cosmos, Rio de Janeiro. As pesquisas desta natureza têm como intuito auxiliar e identificar problemas existentes, para planejar futuras intervenções, melhor alocação dos recursos e o aumento do bem-estar da população. Reconhecer as razões que levam ao consumo de bens e serviços culturais significa entender as restrições de acesso, individuais e sociais. Desta forma, o trabalho aqui realizado, procurou compreender a lógica social que orienta o consumo cultural dos moradores, revelando um pequeno espectro da realidade cultural destes entrevistados.

Ainda que a diversidade cultural brasileira seja expressiva e o acesso à cultura bem abrangente, no âmbito das atividades culturais privadas desenvolvidas nos diversos equipamentos como museus, salas de cinema, teatros, entre outros, o acesso é ainda muito limitado. Concentra-se em determinada parcela da população, caracterizada por um perfil demográfico, educacional e econômico, como também pelas condições de oferta dentro do contexto regional em que os indivíduos estão inseridos. De certa forma, o dispêndio em cultura reflete a desigualdade de rendimentos presente no país (PAGLIOTO; MACHADO, 2012, p. 727).

Ainda assim é possível deduzir, a partir do trabalho de campo realizado, que na vida dessas pessoas, o consumo cultural doméstico tem uma presença mais significativa do que a frequências em equipamentos culturais tradicionais. Porém, seria precipitado concluir que isto ocorra apenas pelo fato de inexistência de políticas públicas que os atinjam. No caso dos entrevistados, a falta de interesse ou hábito por praticar determinadas atividades, faz com que eles privilegiem aquelas de caráter domiciliar ou de entretenimento.

Neste sentido, é importante considerar as contribuições de Bourdieu (1983) sobre o fato de que o gosto, embora seja afetado pela determinação das condições objetivas de vida, é considerado produto cultural, constituindo a base para a definição de um estilo de vida funcionando como elemento classificador dos sujeitos. Portanto, a compreensão sobre a frequência com que as atividades de lazer são praticadas deve considerar que a variação dessa frequência ocorre em função de questões diversas como o valor cultural de determinada prática para o grupo, o gosto “individual” e as condições objetivas de vida dos indivíduos aqui investigados (BARBOTIN, 2014, p.149).

O consumo de atividades e produtos culturais, para tornar-se hábito necessita ser estimulado. Neste ponto, deve-se considerar o papel da família e da escola como responsáveis pelo conjunto de experiências e prática da cultura. A escola principalmente, pois além de ser

uma das principais referências para o indivíduo, é através dela que se internalizam predisposições de apreciação do uso dos bens simbólicos de forma duradoura e estável.

Aliado a isto, considera-se importante à elaboração de uma política pública que possibilite o acesso aos equipamentos de Cultura e Lazer, fazendo uma mediação entre os indivíduos e o Estado, compartilhando ideias e efetivando a cidadania. Entretanto, a política cultural deve considerar o território como ponto de partida para estas formulações, pois “[...] há desigualdades sociais que são, em primeiro lugar, desigualdades territoriais, porque derivam do lugar onde cada qual se encontra. Seu tratamento não pode ser alheio às realidades territoriais. O cidadão é o indivíduo num lugar” (SANTOS, 1996, apud ALBINATI, 2009, p.73).

O Estado, na elaboração de políticas públicas, deverá reconhecer as práticas simbólicas concebidas e valorizadas pela população circunscrita em certo recorte territorial, direcionando a sua atuação, e não apenas reproduzir aquelas práticas já legitimadas. Desta forma, deve estimular a reflexão da cultura já presente e também propiciar a criação de novas práticas. Pensando também no papel do gestor público, que cria e realiza essas políticas (ALBINATI, p.73, 2009).

As instituições públicas que atuam em política cultural são, de modo geral, geridas por cidadãos com alta escolaridade, renda média ou alta, residentes nas áreas mais nobres e/ou centrais das cidades e que, portanto, têm certamente práticas cotidianas, principalmente as culturais, bastante distintas das encontradas nos bairros populares, que compõem a maior parte do tecido urbano nas capitais brasileiras. Essa constatação evidencia a necessidade de um empenho efetivo por parte desses agentes públicos envolvidos na elaboração e na execução das políticas culturais, no sentido de conhecer o processo de formação dos territórios populares das grandes cidades [...] (ALBINATI, 2009, p.73-74)

Compreende-se que a melhor forma de elaborar políticas da cultura é propor que elas sejam construídas através do diálogo frequentes com os indivíduos que vivenciam e conhecem o território. Assim, este trabalho tentou delinear mais um entre tantos estratos da sociedade para que através de suas perspectivas e percepções, fornecesse recursos para o planejamento de uma política cultural condizente com as necessidades do grupo estudado.

Cabe ressaltar que não considero este assunto como esgotado ou esta pesquisa como encerrada. A meu ver, neste estudo há uma série de potencialidades que devem ser ainda mais exploradas e desenvolvidas em futuras pesquisas, e que quem sabe, possam contribuir para a compreensão do consumo cultural das classes populares. Desta forma, finalizo este texto com o intuito de continuar esta investigação, nos condomínios do PMCMV, no bairro de Cosmos, de forma mais detalhada e com um maior número de entrevistados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ABREU, Mauricio de Almeida. Da habitação ao habitat: a questão da habitação popular no Rio de Janeiro e sua evolução. Revista Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, n. 10, 210 p, 2003.

_____. A evolução urbana do rio de Janeiro. 4 ed. Rio de Janeiro: IPP - Instituto Pereira Passos, 2013. 156 p.

ALBINATI, Mariana Luscher . O território nas políticas culturais para as cidades. Políticas Culturais em Revista , v. 02, p. 07, 2009.

AMORE, Caio Santo; SHIMBO, Lúcia Zanin; RUFINO, Maria Beatriz Cruz. Minha casa... e a cidade? Avaliação do programa minha casa minha vida em seis estados brasileiros. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015

ANTUNES, Gisele Teixeira; NACIF, Cristina Lontra. Centro Funcional de Campo Grande no Século XXI: Centralidade Renovada ou Periférica? In: Cadernos Metrôpoles. São Paulo. Vol. 12 n. 23, Jan/Jun 2010, p. 105-123.

ARAÚJO, Flávia de Souza; CARDOSO, Adauto Lúcio; JAENISCH, Samuel Thomas. Morando no limite: sobre padrões de localização e acessibilidade do programa Minha Casa Minha vida na região metropolitana do Rio de Janeiro. XV Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 2013.

BARBOSA, Jorge Luiz. Territorialidades da Cultura Popular na Cidade do Rio de Janeiro. Pragmatizes – Revista Latinoamericana de Estudo Cultural, Niterói, v. 4, n. 7, p.130-139, set. 2014. Semestral. Disponível em: <<http://www.pragmatizes.uff.br>>. Acesso em: 24 jun. 2017.

BARBOTIN, Maria Angeluze Soares Perônico. Pia! Só quer ser o que não é, e mora na favela: práticas de consumo e construção das identidades entre indivíduos de classes populares. 2014. 272 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014.

BERNARDES, Lysia M. C.; SOARES, Maria Therezinha de Segadas. Rio de Janeiro: Cidade e Região. 2. ed. Rio de Janeiro: Biblioteca Carioca, 1990, 81-147 p.

BECKER, Bertha K.; SANTOS, Milton. Território, Territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial. Milton Santos..(et al.). Rio de Janeiro: Lamparina, v. 3, 2007.

BOTELHO, Isaura. "Dimensões da cultura e políticas públicas." São Paulo Perspectiva [online]. 2001, vol.15, n.2, pp.73-83. Disponível em: < [http// www.scielo.br](http://www.scielo.br) >. Acesso em 24 de jun. de 2017.

_____. "Os equipamentos culturais na cidade de São Paulo: um desafio para a gestão pública." In: Espaço e Debates - Revista de Estudos regionais e urbanos - n.43/44 São Paulo, 2004.

_____; FIORI, Maurício. O uso do tempo livre e as práticas na região metropolitana de São Paulo: Relatório da Primeira Etapa da Pesquisa. São Paulo. Centro de Estudos da Metrópole, 2005. Disponível em: <<http://www.fflch.usp.br> >. Acesso em: 24 de jun. de 2017.

BRAGA, Virna Soares. Percepção e prática cultural entre os trabalhadores do polo industrial de Camaçari. 2011. 56 f. TCC (Graduação) - Curso de Graduação em Comunicação Produção e Cultura, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.

CANCLINI, Néstor García. Consumidores e Cidadão: conflitos multiculturais da globalização. UFRJ, 7a ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008. 228 p.

CARDOSO, Adauto Lúcio; ARAGÃO, Thêmis Amorim e ARAÚJO, Flávia de Souza. Habitação de interesse social: política ou mercado? Reflexos sobre a construção do espaço metropolitano. In: XIV ANPUR, 2011, Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.observatoriodasmetrololes.net/>>. Acesso em 24 jun. 2017.

_____. O Programa Minha Casa Minha Vida e seus Efeitos Territoriais. 1. ed. RIO DE JANEIRO: Letra Capital, 2013. v. 1.

_____; LAGO, Luciana Corrêa (Org.). Avaliação do Programa Minha Casa Minha Vida na Região Metropolitana do Rio de Janeiro: Impactos Urbanos e Sociais - Relatório Final. Rio de Janeiro: Observatório das Metrôloles, 2015. Disponível em: <<http://www.observatoriodasmetrololes.net/>>. Acesso em: 26 jun. 2017

FAULHABER, Lucas; AZEVEDO, Lena. SMH 2016: Remoções no Rio de Janeiro Olímpico. Rio de Janeiro: Mórula, 2015.

FERRAN, Márcia Noronha Santos; SILVEIRA, Carmen Beatriz Políticas Culturais e valorização simbólica do espaço: Rio de Janeiro “capital cultural”. In: IX Encontro Nacional da ANPUR, 2001, Rio de Janeiro. Anais... s.l.: ANPUR, 2001. P. 1691-1703.

FERREIRA, Marcelo C. Consumo cultural e espaços sociais: os vestibulandos das universidades públicas na cidade do Rio de Janeiro, 1990. Opinião Pública, Campinas, vol. IX, no 1, p. 170-189, 2003.

GUIMARÃES, Virginia Totti. O licenciamento ambiental prévio e a localização de grandes empreendimentos : o caso da TKCSA em Santa Cruz , Rio de Janeiro, RJ. 2011. 119 f. Tese (Doutorado) - Curso de Planejamento Urbano, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <<https://www.academia.edu/>>. Acesso em: 24 jun. 2017.

HAESBAERT, Rogério. Território e multiterritorialidade – um debate. In: GEOgraphia, ano IX, n. 17. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2007, p. 19-45.

_____; LIMONAD, Ester. O território em tempos de globalização. In: Etc, espaço, tempo e crítica, n. 2, vol. 1. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2007, p. 39-52. Disponível em: <http://www.uff.br/etc/index_n_1_ano_.html > Acesso em: 24 jun. 17.

_____. Da desterritorialização à multiterritorialidade. Boletim Gaúcho de Geografia, v. 29, n. 1, 200. Porto Alegre, 2004.

HAZIN, Ana Lúcia ; GALIZA, Cleide ; MELO, Patrícia Bandeira ; GUIMARÃES, Sueli Maria Pereira. Juventudes, consumo cultural e políticas públicas: estudos de caso com jovens da Região Metropolitana do Recife. In: XVI Congresso Brasileiro de Sociologia, 2013,

Salvador,. XVI Congresso Brasileiro de Sociologia,2013, Salvador. XVI Congresso Brasileiro de Sociologia. A sociologia como artesanato intelectual., 2013. v. vol.1. p. 1-18.

JAENISCH, Samuel Thomas. MORADIA E EXPERIÊNCIAS DE CIDADE: Considerações a partir da implantação do Programa Minha Casa Minha Vida na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. In: REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 29. 2014, Rio de Janeiro. Anais... . Rio Grande do Norte: Rba, 2014. p. 1 - 17. Disponível em: <http://www.29rba.abant.org.br/resources/anais/1/1402012485_ARQUIVO_TextoRBA2014.pdf>. Acesso em: 24 jun. 2017

LAGO, Luciana Corrêa do. Desigualdade socio-espacial e migração intra-urbana: a trajetória sócio-espacial das classes sociais na (trans)formação do espaço metropolitano do Rio de Janeiro .In: ANPUR 7, v7, 2013.

_____. As múltiplas dimensões do acesso à cidade e o papel do capital cultural e das redes. In: 13 Seminário Internacional RII, 2014, Salvador. Anais do 13º Seminário Internacional da Rede Iberoamericana de Investigadores Sobre Globalização e Território em Salvador no ano de 2014, 2014. v. 1.

LIBÂNIO, Clarice de Assis. Política cultural e acesso à cidade. Seminário Internacional Políticas Culturais (5.: 2014 maio 7-9: Rio de Janeiro, RJ). Anais do.../Organizadores: Lia Calabre, Mauricio Siqueira, Adélia Zimbrão.–Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2014.

MARQUES, Tainana Andrade. Consumo Cultural: algumas observações sobre cultura e universidade. In: XII Enecult,2016, Salvador. Anais... Salvador. Universidade Federal da Bahia,2016. Disponível em: < <http://www.cult.ufba.br/enecult/2894-2/>> Acesso em: 24 de jun. de 2017.

MELO, Victor de Andrade, e Fábio de Faria PERES. Espaço, lazer e política: desigualdades na distribuição de equipamentos culturais na cidade do Rio de Janeiro. Destinos da Cidade: comunicação, arte e cultura. Eduerj, Rio de (2005): 11-30.

MULLER, Carolina ; FONSECA, Marcelo Jacques . Os Iguais, Desiguais: Entendendo o Consumo Cultural pelas Classes Populares. In: XXXVIII ENANPAD, 2014, Rio de Janeiro. XXXVIII Enanpad, 2014.

NASCIMENTO, Denise Morado; TOSTES, Simone Parrela. Programa Minha Casa Minha Vida: a (mesma) política habitacional no Brasil. Arqutextos, São Paulo, ano 12, n. 133.03, Vitruvius, jun. 2011 . Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/>>. Acesso em: 26 de jun. de 2017.

OLIVEIRA, Raquel de Lucena. Centralidade na Periferia: a Centralidade de Campo Grande na Zona Oeste da Metrôpole Carioca.Dissertação (Mestrado em Engenharia Urbana) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola Politécnica, Programa de Engenharia Urbana, Rio de Janeiro, 2014

PAGLIOTO, Bárbara Freitas; MACHADO, Ana Flávia. Perfil dos frequentadores de atividades culturais: o caso nas metrópoles brasileiras. Estudos Econômicos (São Paulo), v. 42, n. 4, p. 701-730, 2012.

PASSOS, Pamela; FACINA, Adriana. Consumo, inclusão e segregação: reflexões sobre lan houses e um comentário sobre rolezinhos. *PragMATIZES-Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura* 6 (2014): 22-39.

RAFFESTIN, Claude; SANTANA, Octavio Martín González. *Por uma geografia do poder*. Rio de Janeiro: Ática, 1993.

RODRÍGUEZ FONSECA, Priscilla. Evolução urbana, uso e ocupação do solo em Campo Grande, Rio de Janeiro. In: 8º Congresso Internacional Ciudad y Territorio Virtual, Río de Janeiro, 10, 11 y 12 Octubre 2012. Centre de Política de Sòl i Valoracions, 2012.

SANTOS, Leonardo Soares dos; DÓRIA, Renato de Souza. Do Sertão Carioca ao centro metropolitano: as disputas por terra na zona oeste do Rio de Janeiro 1940–2010. In: *Mneme-Revista de Humanidades* v. 14, n. 33, 2015.

SANTOS, Mauro et al. Representação social da moradia e o programa minha casa minha vida. In: *SIMPÓSIO BRASILEIRO DE QUALIDADE DO PROJETO NO AMBIENTE CONSTRUÍDO*, 4., 2015, Viçosa-MG. Anais... Viçosa-MG: UFV, 2015.

SETTON, Maria da Graça Jacintho. Processos de socialização, práticas de cultura e legitimidade cultural. *Estudos de Sociologia*, v. 15, n. 28, 2010.

SILVA, Frederico Barbosa da; ARAÚJO, Herton Ellery; SOUZA, André Luis. O consumo cultural das famílias brasileiras. In ____: *Gasto e consumo das famílias brasileiras contemporâneas*. Brasília: Ipea, 2007. p. 105-142. v. 2. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/portal>> Acesso em: 24 jun. 2017.

SILVA, Joseli Maria. Cultura e territorialidades urbanas - uma abordagem da pequena cidade. *Revista de História Regional*, v. 5, n. 2, 2007.

SILVA, Laerte Costa. O Ônus da construção de um espaço público de lazer no subúrbio carioca: remoções e valorização imobiliária associadas ao Parque Madureira. *Encontros Nacionais da ANPUR*, v. 15, 2013.

SILVA, Vânia Regina Jorge da. Segregação sócio-espacial na urbe carioca: o exemplo de Campo Grande–RJ. *Acta Geográfica*, v. 9, n. 19, p. 1-18, 2015.

_____. *Examinando os Processos de Segregação e Descentralização através do Transporte Público na Cidade do Rio de Janeiro-o exemplo de Campo Grande-RJ, 1999-2009*. 2009. Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado em Geografia). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro–RJ, 2009. 133p

SOARES GONÇALVES, Rafael. A construção social do risco e as remoções das favelas cariocas. In: 36 ANPOCS, 2012, Aguas de Lindoya. *Anais do 36º ANPOCS*. Aguas de Lindoya: ANPOCS, 2012.

VAZ, Lilian Fessler. Dos cortiços às favelas e aos edifícios de apartamentos—a modernização da moradia no Rio de Janeiro. *Análise social*, p. 581-597, 1994.

VELHO, Gilberto. Observando o familiar. A aventura sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, p. 36-46, 1978

Sites:

As histórias dos monumentos do Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://ashistoriasdosmonumentosdorio.blogspot.com.br>>. Acesso em: 30 jun. 2017.

Instituto Pereira Passos. Disponível em: <<http://www.rio.rj.gov.br/web/ipp>> Acesso em: Março de 2017.

Instituto de Segurança Pública. Disponível em: <<http://www.isp.rj.gov.br/>> Acesso em: Março de 2017.

Observatório das Metrópoles. Disponível em: <<http://www.observatoriodasmetrolopes.net/>> Acesso em: 26 de jun. de 2017.

PORTAL GEO RIO. Disponível em: <<http://portalgeo.rio.rj.gov.br/>> Acesso em: Março de 2017.

PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO. Disponível em: <<http://www.rio.rj.gov.br/>> Acesso: em mar. de 2017.

Notícias de Jornais e Revistas:

As 15 cidades mais caras para viver no Brasil. Brasil: Abril, 30 dez. 2014. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/brasil/as-cidades-mais-caras-para-viver-no-brasil/>>. Acesso em: 03 jul. 2017.

Grupo faz a inauguração simbólica da estação do BRT Maria Tereza, em Campo Grande. Rio de Janeiro, 30 ago. 2014. Disponível em: <<https://extra.globo.com/noticias/rio/grupo-faz-inauguracao-simbolica-da-estacao-do-brt-maria-tereza-em-campo-grande-13783876.html>>. Acesso em: 03 jul. 2017.

Minha Casa, Minha Vida reproduz injustiça social, conclui pesquisa. Londres, 22 out. 2015. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/10/151020_minha_casa_minha_vida_pesquisa_tg>. Acesso em: 03 jul. 2017

Na Zona Oeste, milícia domina 38 conjuntos do ‘Minha casa, minha vida’ e até pinta seu símbolo nos condomínios. Rio de Janeiro, 26 mar. 2015. Disponível em: <<https://extra.globo.com/casos-de-policia/na-zona-oeste-milicia-domina-38-conjuntos-do-minha-casa-minha-vida-ate-pinta-seu-simbolo-nos-condominios-15701296.html>>. Acesso em: 03 jul. 2017.

RIO... do descaso, da demagogia, do populismo e das vítimas de suas águas Brasil: Abril, 15 abr. 2010. Disponível em: <<http://origin.veja.abril.com.br/140410/rio-descaso-demagogia-populismo-vitimas-aguas-p-066.shtml>>. Acesso em: 03 jul. 2017

ANEXO:

Roteiro Semiestruturado

Objetivo: Entender as práticas os hábitos de cultura e lazer dos moradores do Condomínio

Vivendas das Andorinhas

Parte 1 – Informações gerais:

1. **Nome:**
2. **Idade:**
3. **Estado civil:** _____
4. **Você tem filhos?**
 - a. Sim. Quantos? _____
 - b. Não
5. **Na sua casa, vocês são quantos no total?** _____

Parte 2- Uso do Tempo Livre

6. **Qual é a maior dificuldade que você enfrenta no condomínio ou bairro?**
(Ex: distância, violência, falta de serviços próximos, etc.) _____
7. **Você trabalha ou estuda?**
 - a. Sim. _____
 - b. Não.
8. **Caso sim, o que você faz no tempo livre, nos momentos de lazer, quando não está na escola ou trabalhando?** _____
9. **E o que você gostaria de fazer no tempo livre, mas não faz? Por quê?**

10. **Tem algum lugar nas proximidades que você vai para se divertir?**
 - a. Sim. Onde? _____
 - b. Não

Parte 3 – Práticas domésticas

11. **Quando está em casa o que você gosta de fazer?**
 - a. Ver TV
 - b. Ouvir rádio
 - c. Usar a internet
 - d. Dormir
 - e. Não fazer nada

f. Outros _____

12. Você tem televisão?

a. Sim. O que você gosta de ver na TV? _____

b. Não

13. Você costuma ouvir música?

a. Sim. Qual estilo de música você mais gosta? _____

b. Não

14. Caso sim, onde escuta música?

a. Rádio

b. Celular

c. Aparelhos de DVD

d. Outros _____

15. Você tem acesso a internet?

a. Sim. Por onde acessa? (celular, computador, tablet) _____

b. Não

16. Caso sim, você utiliza a internet para qual finalidade?

a. Utilizar as redes sociais

b. Ler notícias

c. Fazer pesquisas

d. Jogos eletrônicos

e. Outros: _____

Parte 4 – Práticas culturais externas

17. Você foi há algum destes lugares nos últimos 12 meses:

a. Cinema ()

b. Circo ()

c. Teatro ()

d. Museu ()

e. Biblioteca ()

f. Não ()

18. Caso não, por que não foi?

a. Distância

b. Falta de interesse

c. Custo

d. Outros: _____